



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia
relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2008
Área Temática: PAA - SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Conab debate alternativas para produção de alimentos – Sítio Eletrônico da Conab – 01/08/2008.....	4
Nova onda de protecionismo abala produção de alimentos – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/08/2008.....	5
Preços sobem no campo e caem no atacado de SP – Valor Econômico – Agronegócios - 04/08/2008.....	5
Inflação se desacelera, mas alimentos ainda preocupam – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/08/2008.....	7
Dados mostram mudança de hábitos de consumo – Valor Econômico – Opinião - 08/08/2008.....	8
Pressão menor de alimentos reduz inflação – Janaína Lage – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/08/2008.....	9
Commodities têm queda recorde e aliviam inflação – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/08/2008.....	10
'Produtor do asfalto' usa soja como moeda de troca – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/08/2008.....	11
Agricultor lamenta queda das cotações – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/08/2008.....	12
Beneficiários que melhoram de vida pedem para sair do Bolsa-Família – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional - 11/08/2008.....	13
Governo quer manter famílias por mais dois anos – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional - 11/08/2008.....	15
Olimpíada da comida – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto - 12/08/2008.....	16
Estoque de alimento custará até R\$ 5 bi – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/08/2008.....	17
Prato típico brasileiro, feijão-preto começa a ser importado da China – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/08/2008.....	18
Conab doa quase 8 milhões de quilos de alimentos do PAA – Sítio Eletrônico da Conab – 15/08/2008.....	19
Muitas incógnitas no preço dos alimentos – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/08/2008.....	19

Segunda Quinzena

Stephanes: 'Há alimentos para nós e para o mundo' – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/08/2008.....	21
Nordeste é o que mais sofre com o aumento de preços - Mariana Schreiber – O Globo – Economia – 17/08/2008.....	23
Alimentação infantil sobe acima da inflação - Fabiana Ribeiro – O Globo – economia – 17/08/2008.....	24
Inflação perde força com queda dos agrícolas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2008.....	25

Alimentos ajudam e IGP-M tem deflação de 0,12% - Alessandra Saraiva e Flávio Leonel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2008	26
Desnutrição caiu mas fome ainda é dilema – O Globo – Capa – 26/08/2008.....	27
Afogados num mar de miséria – Letícia Lins – O Globo – Economia – 26/08/2008	27
Um novo mapa da fome – Liana Melo – O Globo – Economia – 26/08/2008.....	29
Josué tornou esse drama visível – Liana Melo - O Globo – Economia – 26/08/2008	30
'A fome hoje está maquiada' – Liana Melo - O Globo – Economia – 27/08/2008	31
Cidade de Deus vive drama pior que o do semi-árido – O Globo – economia – 27/08/2008.....	33
Recuo no preço dos alimentos gera deflação – Toni Sciarretta - Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2008.....	33
América Latina se garante em comida, diz FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/08/2008.....	35
Alimento deixa de ser vilão dos preços e faz inflação cair – O Globo – Capa – 31/08/2008.....	35
A âncora dos alimentos Cássia Almeida – O Globo – Economia – 31/08/2008.....	36

**Conab debate alternativas para produção de alimentos – Sítio Eletrônico da Conab
– 01/08/2008**

Na próxima semana, a Conab vai reunir especialistas de todo o Brasil para discutirem temas contemporâneos da produção agrícola nacional. O encontro ocorrerá no auditório da sede da estatal em Brasília, nos dias 5 e 6, e terá a participação de pesquisadores de instituições como Unicamp, UFPR, UnB, Embrapa e Banco do Brasil. Durante o evento, serão analisadas questões ligadas ao agronegócio e ao abastecimento alimentar no país.

O superintendente da Gestão de Oferta da Conab, Carlos Eduardo Tavares, explica que o objetivo do encontro é fazer com que a troca de idéias entre especialistas ajude a obter medidas de incentivo à produção de alimentos. “A Conab quer evitar que a crise da oferta, com o aumento generalizado dos preços dos alimentos, prejudique a população mais pobre e que haja retrocessos nos avanços já obtidos pelo país na área de segurança alimentar”.

Entre os temas a serem debatidos estão os preços de alimentos, agroenergia, segurança alimentar, logística e o impacto dos insumos nos custos de produção. O espaço é aberto às pessoas interessadas no assunto. Para participar, é preciso se inscrever pelos telefones (61) 3312-6240 ou 3312-6241, ou pelo e-mail sugof@conab.gov.br.

Programação

Na terça-feira, serão discutidos os preços dos alimentos, abastecimento agrícola e a relação entre agroenergia e alimentos. São palestrantes: Guilherme Costa Delgado, da Unicamp, Marcio Montella, do Banco do Brasil, Vânia Di Addario Guimarães, da UFPR, Josemar Medeiros, da UnB, Pedro Ramos, da Unicamp, Adriano Benayon, economista, e Rodrigo Rodrigues, da UnB.

Já na quarta-feira, os temas são a segurança alimentar e nutricional e os fatores críticos ao aumento da produção: insumos e logística. Os palestrantes são Altair Toledo Machado, da Embrapa Cerrado, Elíbio Rech, da Embrapa, Altemir Antônio Tortelli, da Fetrat-Sul, Mauro Lopes, da FGV, Jorge Moura, do Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro, Ali Saab, do Ministério da Agricultura, Roberto Galli, do Syndarma, e Carsen Negenen, da ADM Distribuição e Logística.

Nova onda de protecionismo abala produção de alimentos – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/08/2008

Uma nova onda protecionista no mercado mundial de alimentos está se desenhando. Depois de vários países terem segurado recentemente as exportações de grãos, como arroz e trigo, para garantir o abastecimento interno diante da escassez de produtos, agora é vez dos insumos, alerta o economista da MB Associados, Alexandre Mendonça de Barros.

No mês passado, a China, maior consumidora de adubos, com 30% da demanda mundial, bloqueou as exportações de fertilizantes com tarifas. “Há uma nova onda protecionista, agora sobre os fertilizantes”, diz o economista.

Se for seguida por outros países, a decisão da China representa um risco para o Brasil, uma potência agrícola, mas fortemente dependente das compras externas de adubos. No ano passado, a matéria-prima importada para a produção de fertilizantes representou 72% do total consumido no País.

Com a produção doméstica de adubo mantida nos próximos anos, a participação do produto importado deverá representar 85% do consumo brasileiro em 2025, projeta estudo da consultoria MB Associados.

“No solo tropical do Cerrado, não há como ampliar a produção de alimentos e agroenergia sem fertilizante”, afirma Mendonça de Barros, responsável pelo estudo. Segundo ele, o Brasil - tido como o único país que tem capacidade para despejar mais comida no mercado mundial sem afetar a produção de bioenergia por causa da abundância de terras agricultáveis - está com esse potencial ameaçado no curto prazo por causa das restrições de fatores de produção.

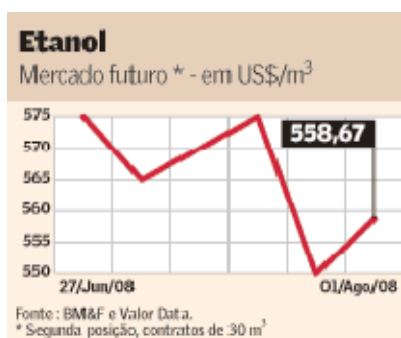
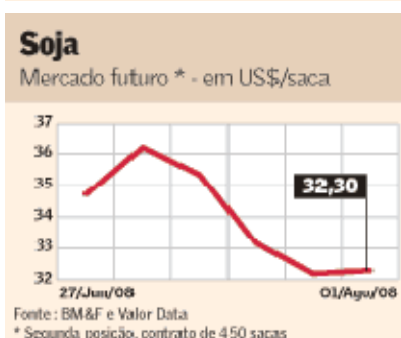
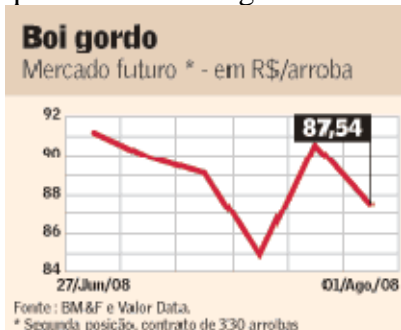
Hoje o Brasil é o quarto maior consumidor mundial de adubos, com 6% do total, atrás da China (30%), Índia (14%) e Estados Unidos (12%). Em contrapartida, o País responde por apenas 1% da produção de adubos nitrogenados e derivados de potássio e 4% dos adubos fosfatados. Segundo o economista, a baixa disponibilidade de fontes naturais de matérias-primas, o elevado custo de capital para novos investimentos na produção e a falta de isonomia tributária entre produto nacional e importado inibem projetos de fábricas de fertilizantes.

De toda forma, a explosão dos preços dos fertilizantes no mercado internacional, que nunca estiveram tão elevados - subiram 240% em dólar entre janeiro e abril - e agora bateram no bolso do produtor brasileiro, é fruto do desequilíbrio entre a demanda e oferta mundial.

Projeções da associação internacional da indústria de fertilizantes (IFA) indicam que o consumo mundial deverá atingir neste ano 175,8 milhões de toneladas de nutrientes, com aumento de 5,5 milhões toneladas em relação a 2007. Nos cálculos do economista, serão necessários pelo menos três anos para retomar o equilíbrio entre demanda e oferta de adubos.

Preços sobem no campo e caem no atacado de SP – Valor Econômico – Agronegócios - 04/08/2008

O índice de preços recebidos (IqPR) pelos produtores agropecuários de São Paulo do Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado - encerrou a terceira quadrimestre de julho com variação positiva de 3,55%, sustentado pelo comportamento das cotações tanto no grupo de produtos de origem animal quanto entre os vegetais. Foi a 10ª alta quadrimestre consecutiva.



No grupo de produtos de origem animal, que em média registraram valorização de 5,63%, quem mais subiu foi a carne de frango (8,71%), seguida pela carne suína (6,16%) e pela carne bovina (5,02%). Já no caso dos 13 vegetais que fazem parte do levantamento, o destaque foram os saltos do tomate para mesa (30,37%) e da laranja para indústria (22,78%). O grupo como um todo subiu 2,71%.

No atacado paulista, em contrapartida, os preços voltaram a recuar, segundo apuração da RC Consultores. O indicador da empresa, baseado em uma cesta de 17 produtos, encerrou o período entre 26 e 31 de julho com variação negativa de 1,5%. Foi a terceira queda semanal seguida, ainda que, em média, as cotações tenham encerrado o mês passado acima do verificado em junho.

No balanço da RC, as maiores retrações no atacado foram as de batata (12,2%), tomate (9,5%) e feijão (9%). Boi gordo, frango abatido e suíno seguiram em alta.

Inflação se desacelera, mas alimentos ainda preocupam – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/08/2008

Taxa cai para 0,45%, contra 0,96% no mês anterior; no ano, alimentação subiu 9,43% - Mas a Fipe prevê nova alta neste mês na cidade de SP, devido ao reajuste da energia; taxa é de 4,27% no ano e de 6,03% em 12 meses

A inflação perdeu fôlego em julho. É uma boa notícia diante da recente pressão dos preços no bolso dos consumidores nos últimos meses. Esse frescor, no entanto, pode durar pouco. Neste mês, a taxa média volta a subir, e o segundo semestre do ano ainda pode ser contaminado por nova alta dos alimentos.

A avaliação é da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), que faz o acompanhamento da inflação no município de São Paulo. "É preciso entender o comportamento dos alimentos para uma definição da taxa de inflação dos próximos meses", segundo Antonio Evaldo Comune, coordenador do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe.

E são exatamente os alimentos que estão fazendo a Fipe alterar as projeções de inflação para o ano. Agora, a instituição prevê 6,5%, acima dos 6,35% esperados anteriormente. Em julho, devido à desaceleração dos alimentos, a taxa do IPC recuou para 0,45%, após ter atingido 0,96% em junho e 1,23% em maio.

Assim como ocorre com os alimentos, a taxa de inflação também está se desacelerando em outros setores, à exceção de transporte e de saúde. No caso de transporte, a alta vem de leves reajustes em gás, álcool, diesel e pedágio. Já no setor de saúde a pressão vem dos planos de assistência médica.

Para este mês, devido à alta de 8,63% no custo da energia, a inflação volta a subir, atingindo 0,60%.

O comportamento dos alimentos mostra por que a inflação caiu no mês passado. Após ter acumulado 3,17% em maio, os preços médios do setor recuaram para 2,87% em junho e para 1,07% no mês passado.

Com a alta de 0,45% em julho, a inflação acumulada do ano foi a 4,27%. Em 12 meses, está em 6,03%.

No ano, alta de 9,43% - A pressão da inflação neste ano veio basicamente dos alimentos, que já acumulam alta média de 9,43%, segundo a Fipe. A liderança é dos produtos semi-elaborados, com 13,48%.

Juarez Rizzieri, economista da Fipe, é um dos que esperam novas pressões. Os chamados preços monitorados (combustível, por exemplo), que representam 30% do índice, estão com pouca pressão, ao contrário dos comercializáveis (alimentos, por exemplo).

Rizzieri diz que não está descartada a volta da reindexação de preços. O próprio governo já adotou essa prática nos programas sociais. Diante desse cenário, "duvido que segurem os preços monitorados", afirma.

O drama do país foi sempre viver indexações intensas. O crédito farto e as perspectivas de vendas neste momento podem colaborar para esse "retorno". Se a reindexação passar para os salários, o problema será ainda mais crítico, uma vez que representam 50% dos custos de produção, afirma o economista da Fipe.

Dados mostram mudança de hábitos de consumo – Valor Econômico – Opinião - 08/08/2008

Dados de vendas das grandes varejistas e do setor imobiliário dos EUA mostraram que o consumidor americano está mudando seus hábitos de compra, enquanto os pedidos de seguro-desemprego cresceram para seu maior patamar em cinco anos.

As vendas das grandes redes varejistas dos EUA caíram em julho para seu mais baixo patamar em quatro meses, com os resultados mostrando direções divergentes. Com o efeito positivo dos cheques de restituições de impostos enviados entre abril e junho já se dissipando, os consumidores passaram a procurar mais itens de primeira necessidade em redes que oferecem descontos, deixando de lado itens não essenciais, como roupas e acessórios.

A rede Wal-Mart anunciou um ganho em julho de 3% nas vendas em lojas abertas há pelo menos um ano, com aumento nos setores de mantimentos, lazer e saúde. Já os segmentos de artigos domésticos e acessórios tiveram recuos. "Com o fim dos cheques do governo [restituição de imposto], sabemos que os consumidores gastarão com mais cautela", disse o presidente da divisão do Wal-Mart para os EUA, Eduardo Castro-Wright.

Em outro dado importante da economia americana, a venda pendente de casas usadas surpreendeu ao subir 5,3%, num aumento que sinaliza que a queda dos preços está atraindo alguns compradores de volta ao mercado.

Um número maior de americanos assinou contratos de compra de unidades residenciais em junho, contrariando as previsões. O índice de vendas pendentes de casas usadas subiu 5,3%, depois da queda corrigida de 4,9% computada em maio, disse a Associação Nacional das Corretoras de imóveis em Washington. Este é o terceiro acréscimo registrado por esse indicador este ano.

"O que estamos vendo é um pouco de execuções de hipoteca misturado com vendas voluntárias de moradias", disse John Silvia, economista-chefe do Wachovia. "Embora o número de execuções de hipoteca tenha subido, parece haver uma queda dos preços suficiente para que os compradores comecem a procurar pechinchas, e eles estão dispostos a comprar."

Já os pedidos de seguro-desemprego subiram inesperadamente em 7 mil na semana encerrada em 2 de agosto. Após ajustes sazonais, chegou a 455 mil pedidos, disse o Departamento de Trabalho. O nível é o mais alto desde março de 2002 e ficou acima do previsto por economistas, que esperavam queda de 20 mil. Para o Departamento, a recente extensão nos benefícios para 13 semanas está atraindo mais gente para o sistema.

IPCA fecha julho em 0,53%, contra 0,74% no mês anterior, mas analistas ainda não vêem mudança na política de juros - Alta do grupo alimentação cai de 2,11% em junho para 1,05% no mês passado, embora preço da carne siga em forte alta, de 4,35%

A inflação medida pelo IPCA recuou para 0,53% em julho em razão da menor pressão dos alimentos. Em junho, o indicador teve alta de 0,74%. Apesar do alívio na alta de preços, o IBGE, assim como o Banco Central, diz que ainda é cedo para dizer se o resultado configura uma tendência de desaceleração.

Assim como o IPCA, que baliza a meta de inflação do BC, outros índices de preços estão desacelerando. Mas a maioria dos economistas ouvidos pela **Folha** diz que o menor fôlego da inflação não altera, por enquanto, a política de juros do BC, que está preocupado com efeitos da demanda aquecida.

O grupo alimentação e bebidas passou de 2,11% de alta em junho para 1,05% em julho no IPCA. Mesmo com uma alta mais moderada, os alimentos tiveram contribuição de 0,24 ponto e representaram quase metade da inflação de julho.

Produtos importantes no consumo das famílias tiveram queda, como arroz (de 9,90% em junho para -0,51%) e farinha de trigo (de 2,37% para -1,75%). Já as carnes seguem em alta, de 4,35%, menor, no entanto que os 6,91% de junho. No ano, os alimentos já acumulam alta de 9,78%, quase o mesmo patamar registrado de janeiro a dezembro do ano passado, de 10,79%. Nos sete primeiros meses do ano, a refeição fora de casa representou a principal contribuição para a alta da inflação, com alta de 9,84%.

"Ainda é precipitado tirar conclusões sobre esse movimento, que aconteceu de um mês para o outro. Algumas medidas ajudaram, como a retirada do imposto sobre o trigo. E o anúncio da safra agrícola também podem ter tido alguma repercussão", afirma Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

Os analistas afirmam que a tendência de inflação mais comportada deve se manter nos próximos meses, mas que ainda há risco de a inflação fechar o ano acima da meta, de 4,5% com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Em abril, o BC iniciou um processo de aumento dos juros para tentar manter a inflação dentro dos parâmetros definidos para este ano. A taxa básica está hoje em 13% ao ano.

"O resultado foi um pouco melhor, mas temos reajustes de preços administrados previstos para o segundo semestre e perspectiva de alta dos combustíveis. Esperamos fechar o ano com 6,8%. Já existem sinais de que a atividade está se desacelerando, mas isso só deverá ficar mais claro no fim do ano", diz Fábio Romão, da LCA

Os dados do IBGE mostram que a inflação no ano chega a 4,19%. Nos últimos 12 meses, acumula alta de 6,37%. "A notícia foi boa, mas o BC está de olho nos dados de demanda, como vendas de automóveis. De qualquer forma, ajuda a estabilizar as expectativas inflacionárias", afirma Alexandre Lintz, estrategista do BNP Paribas.

Para Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Gradual Corretora, se o cenário de inflação se mantiver em desaceleração até a próxima reunião do Copom, em 9 e 10 de setembro, o Banco Central poderá fazer aumentos mais suaves dos juros. "O crescimento da demanda será cada vez menor na margem, a inflação pode ainda fechar

dentro da meta", disse.

Anteontem, Mário Mesquita, diretor de Política Monetária do BC, foi cauteloso: "É bom que a gente não tenha sempre surpresas negativas com a inflação, mas pode ser prematuro dizer que os últimos números estabelecem uma tendência".

Para o resultado de agosto estão previstas pressões com o aumento de água e esgoto no Rio, de 12,8%, resíduos do aumento do telefone fixo (3%) e da energia elétrica em São Paulo (8,63%), além da alta de 7,5% nos serviços dos Correios.

Commodities têm queda recorde e aliviam inflação – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/08/2008

Os preços das commodities já caíram mais de 12% em agosto e tiveram o maior recuo da década. O índice Commodity Research Bureau (CRB), que acompanha a cotação das matérias primas comercializadas em larga escala no mercado mundial nos mercados futuros, fechou sexta-feira em 387,42 pontos, depois de ter atingido 440,7 pontos em julho e 443,8 pontos em junho, o pico da série histórica.

A tendência de queda é visível desde o mês passado. Nos últimos 30 dias, a cotação da soja, por exemplo, caiu 22% no mercado futuro; o milho, 27%; o petróleo, 17%; e o alumínio, 10%. Esse movimento alivia a pressão sobre a inflação neste ano e deve trazer os índices para níveis próximos do centro da meta seguida pelo Banco Central (BC), de 4,5% para 2009, prevêem os economistas.

Dois indicadores divulgados na semana passada reforçam essa tendência. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação, encerrou julho em 0,53%, ante 0,74% no mês anterior. A desaceleração foi provocada pela perda de fôlego dos preços dos alimentos, que aumentaram 1,05% em julho, a metade da variação de junho (2,11%).

A primeira prévia deste mês do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) apresentou deflação de 0,01%, depois de ter subido 1,55% em julho. Nesse caso, também os alimentos ajudaram a derrubar a inflação tanto no atacado como no varejo.

A desaceleração da inflação estampada nos índices reflete só uma parte do recuo dos preços das commodities, afirma o sócio-diretor da RC Consult, Fábio Silveira. "O maior impacto está por vir." Segundo ele, a inflação deste ano dificilmente vai superar 6,5% e deve ficar abaixo de 4,5% em 2009 por causa da queda das commodities.

"Se alguém tinha dúvida de que o BC traria a inflação de 2009 próximo da meta, agora ela diminuiu", diz o economista do Banco Real, Fábio Susteras.

Para a economista-chefe do Banco ING, Zeina Latif, a meta de 4,5% para o ano que vem "está no jogo", mesmo que os preços das commodities parem de cair e se estabilizem no nível atual. "Não tenho dúvidas de que o recuo das commodities dará alívio à inflação em 2009."

Na análise de Silveira, os fundamentos do mercado indicam tendência de queda dos preços das commodities. A perspectiva de que a economia mundial vai crescer menos, com a desaceleração dos Estados Unidos, da União Européia e do Japão, além da perda de fôlego da China e da Índia, soa como um sinal de alerta de que a bolha de preços dessas matérias-primas pode ter começado a murchar.

“Pela primeira vez em três anos, acredito que os preços das commodities estão em queda e devem se acomodar em 2009”, afirma o sócio-diretor da MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros.

Entre os fatores que contribuem para isso, ele destaca o crescimento menor dos países emergentes. Apesar de aliviar a inflação, a queda das commodities, especialmente agrícolas, coloca o País numa saia-justa, já que elas respondem por mais de 50% do saldo comercial.

'Produtor do asfalto' usa soja como moeda de troca – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/08/2008

A cotação recorde da soja, alcançada nos últimos meses, garantiu bons negócios para o empresário Eduardo Caiado, de 25 anos. “Sou produtor do asfalto”, diz o dono de seis fazendas produtoras de soja espalhadas pelos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. “Não tenho nenhum trator”, conta. Ele ganha dinheiro com o arrendamento de 3 mil hectares de terras em troca de soja.

Foi assim que fez um negócio de ocasião em fevereiro. Fechou a compra de mil hectares de terras, cotados em 100 sacas por hectare, com pagamento parcelado em três anos. Ao todo vai pagar o equivalente 100 mil sacas de soja. A primeira parcela, de 33 mil sacas, foi quitada quando o produto estava cotado em R\$ 45. As demais serão pagas entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2010.

Agora, a cotação da soja já caiu para R\$ 39 a saca. “Fiz um bom negócio”, comemora. A torcida do empresário é para que o preços estejam em baixa nas datas em que terá de quitar as demais parcelas.

Além de comprar uma fazenda vinculada à soja, Caiado adquiriu um automóvel BMW 325 quando a commodity estava no pico de preço. Pagou o equivalente a 4,4 mil sacas de soja, cerca de R\$ 200 mil. Atualmente, com a soja nos R\$ 39 por saca, ele teria de desembolsar mais de 5 mil sacas. “Comprei o carro quando a soja está no valor mais alto”, gaba-se o empresário.

Em Ribeirão Preto (SP), onde Caiado mora, boa parte dos clientes compram veículos de luxo tendo como unidade monetária produtos agropecuários, conta José Carlos Chagas, supervisor da revenda de carros de luxo da Eurobike.

RESERVA - Caiado conta que recebe os aluguéis das terras e deixa a soja depositada nas cooperativa, aguardando o momento mais oportuno para vender o grão. Na prática, a soja funciona como uma reserva de valor para o empresário. Quanto ao atual ciclo de baixa das commodities, ele acredita que será passageiro. “A cotação da saca de soja deve voltar a R\$ 45”, palpita.

Agricultor lamenta queda das cotações – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo –
Economia e Negócios - 10/08/2008

A forte retração nos preços das commodities minou as expectativas dos agricultores brasileiros para a próxima safra de grãos, que começa a ser semeada a partir do mês que vem no Centro-Sul do País. Com sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas comprados, eles foram surpreendidos com queda na faixa de 30% na cotação da soja e do milho nos últimos 30 dias e agora não têm como alterar os planos de plantio.

“O produtor está perdido”, afirma José Cícero Aderaldo, superintendente da Comercial Cocamar, uma das grandes cooperativas do Paraná. A soja, que atingiu o recorde histórico de US\$ 16,50 por bushel em julho nas bolsas internacionais, agora está cotada em US\$ 12,10. O milho, que no fim do primeiro semestre custava US\$ 7,67 por bushel, recuou para US\$ 5.

Apesar de as cotações de ambos os produtos estarem acima das médias históricas, de US\$ 6,5 por bushel no caso da soja e de US\$ 2 por bushel para o milho, os preços atuais não estimulam o agricultor a investir em insumos para aumentar a produtividade, diz Aderaldo. “Os preços são bons, mas o problema é que os custos de produção mais que dobraram no último ano.” O descasamento entre preços e custos é agravado pela valorização do real ante o dólar quando as cotações recuam.

“Não tenho como mudar o plantio agora. Estou sem saída”, afirma o agricultor Antonio Lucas, de 71 anos, que sempre trabalhou na lavoura e vai manter a área plantada. Com 120 hectares na região de Maringá (PR), ele conta que já comprou todos os insumos para plantar soja, que será semeada no começo de outubro. “Daqui para frente, tudo vai depender do patrão”, diz ele, fazendo referência à produção de soja dos Estados Unidos, cujas lavouras hoje estão em plena fase de desenvolvimento.

Aderaldo, da Cocamar, atribui o movimento de queda dos preços da soja e do milho às melhores condições das lavouras americanas. O próximo relatório de safra do Departamento de Agricultura dos EUA, que será divulgado terça-feira, deve apontar uma safra com produtividade maior. “As enchentes que atingiram as plantações do Meio-Oeste americano em junho passaram e a queda nos preços de mercado refletem essa melhoria”, diz ele.

Além disso, Aderaldo lembra que a retomada das exportações do grão por parte da Argentina nos últimos 15 dias contribuíram para o recuo das cotações. Ele observa, também, que os produtos agrícolas acompanham o movimento das demais commodities, capitaneadas pelo petróleo, que estão em trajetória de queda.

FUNDOS - Esse movimento generalizado de queda das commodities, que vai do grão ao petróleo, é um claro indício de que os fundos de investimento que tinham aplicado recursos nesses ativos para se resguardar da crise das hipotecas de alto risco dos EUA estão agora vendendo os seus papéis e embolsando os resultados.

“Cerca de 40% da alta de preços das commodities resultou de movimentos especulativos”, calcula o sócio-diretor da RC Consultores, Fábio Silveira. Segundo ele, os fundamentos macroeconômicos, como o esfriamento das economias dos Estados Unidos, da União Européia e do Japão, começam a arrefecer os movimentos especulativos dos fundos de investimento. “O medo de que esses fundamentos do mercado se materializem faz com que esses investidores saiam desses mercados antes que eles caiam efetivamente.”

Para a economista-chefe do banco ING, Zeina Latif, os mercados futuros de commodities estão antecipando a queda que vai ocorrer na economia real. Ela argumenta que a taxa de juros ainda é baixa no mundo. Nos últimos meses, observa, os bancos centrais de vários países emergentes já sinalizaram que poderão elevar as taxas de juros para conter o avanço da inflação.

Beneficiários que melhoram de vida pedem para sair do Bolsa-Família – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional - 11/08/2008

“Bom dia! Eu, Sueli Miranda de Carvalho Silva, venho, por meio destas linhas, agradecer os idealizadores do Bolsa-Família, os anos que fui beneficiada. Ajudou-me na mesa, o pão de cada dia. Agora, empregada estou e quero que outro sinta o mesmo prazer que eu, de todo mês ser beneficiada. Obrigado.”

Com essa cartinha, enviada à coordenação municipal do Programa Bolsa-Família em Belo Horizonte, a ajudante de serviços gerais Sueli Miranda, de 47 anos, pediu dias atrás seu desligamento. Mãe de quatro filhos, moradora do bairro Jaqueline, na periferia da capital mineira e com uma renda familiar mensal de R\$ 200, há um ano e meio ela recebia R\$ 122 de ajuda do programa de transferência de renda. Agora, recém-contratada por uma revenda de automóveis e “fichada”, como ela diz, ao se referir ao registro em carteira profissional, acha que deve deixar a vaga para alguém mais precisado.

A cartinha foi festejada na coordenação municipal do programa, que despachou uma cópia para Brasília, para a sede do Ministério do Desenvolvimento Social - o quartel-general do programa que atende 11,2 milhões de famílias, distribuídas por todos os municípios brasileiros. Lá, o caso de Sueli ajudou a engrossar uma estatística que soa como música aos ouvidos do ministro Patrus Ananias: recém-atualizada, ela mostra que desde a criação do programa, em 2004, um total de 60.165 famílias pediram voluntariamente seu desligamento. “Isso mostra que as pessoas pobres não estão se acomodando”, diz o ministro. “Em todos esses casos, as famílias tomaram a iniciativa.”

RENDA - Mais da metade dos pedidos - 34.185 - veio das Regiões Sul e Sudeste do País. E na maior parte das vezes a justificativa foi o aumento na renda das famílias.

Creunilde de Oliveira, empregada doméstica, com 33 anos, pediu desligamento depois que sua patroa decidiu registrá-la. Mãe solteira de um garoto de 8 anos, estava desempregada e vivia da venda de panos de prato nas feiras de Cidade Soberana, bairro pobre da periferia de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, quando se inscreveu no programa e passou a receber R\$ 75 por mês.

Seguiu assim até que conseguiu o emprego, o registro em carteira e um empurrão da patroa para matricular-se num curso de auxiliar de enfermagem. “Fui salva pelo Bolsa-Família. Me ajudou pra caramba”, conta Creunilde. “Mas agora não estou precisando. Liguei para a assistente social e disse: não acho justo.”

A lavadeira Mercedes dos Santos Oliveira, de 53 anos, também procurou o serviço de assistência social da Prefeitura de Santo André, na região do ABC paulista, para pedir o desligamento. Seu motivo, porém, foi diferente: “Rasguei meu cartão porque minha filha mais nova, de 14 anos, parou de estudar. Então eu disse que não era

justo continuar recebendo aqueles R\$ 75 por mês. Me ajudava? Claro que ajudava: eu pagava o gás, comprava um calçado, material escolar... Mas não posso pegar mais esse dinheiro.”

CADASTRO - À primeira vista, a devolução dos cartões revela um sentimento de cidadania entre os pobres beneficiados, além de indicar que o programa tem portas de saída. Mas não é só. Existem fortes indicadores de que esse movimento está ligado a outra questão: o aprimoramento do cadastro único do governo federal, que reúne as informações dos programas sociais.

Quem chama a atenção para o fato é o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diante da estatística, ele comenta: “Sei que o pobre brasileiro é muito humilde e já soube de casos exemplares de pessoas que devolveram o cartão. Mas esse número, de 60 mil devoluções, aponta um grau espetacular de civilidade. É surpreendente.”

Em seguida ele observa que, com o auxílio da informática, o cadastro único vem se transformando num mapa cada vez mais preciso da pobreza, com informações sobre renda, consumo, registros de emprego formal, educação, saúde, alimentação, mudança de endereço. “Isso melhorou muito a capacidade de gestão social no País”, diz Neri.

A análise é partilhada por Rosani Cunha, que dirige a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Ela diz que desde junho de 2006 o Bolsa-Família reúne um conjunto aproximado de 11 milhões de famílias. Isso não significa, no entanto, que esteja parado: “Nesse período, já saíram quase 2,7 milhões de famílias. Tem de tudo aí: desde as que saem por vontade própria às que são localizadas em auditorias. As prefeituras estão cada vez mais presentes no cotidiano dessas famílias. Podem detectar qualquer mudança e ir atrás.”

TRANSPARÊNCIA - Em Santo André, o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Ademar de Oliveira, confirma essa visão: “Na rotina do atendimento sócio-familiar, notamos que as famílias são transparentes. Além disso, temos um sistema de cruzamento de dados que permite acompanhar tudo o que acontece.”

Se uma criança de família beneficiada deixa de ir à escola, a direção comunica o fato ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Se não houver uma solução, a informação chega à assistência social, que controla o programa de transferência de renda e a família pode ser desligada. Da mesma forma, empregos com registro em carteira acabam sendo logo detectados pelo cadastro.

Diante disso, a família prefere se afastar voluntariamente, quando melhora de vida, a ser flagrada em irregularidade. A vantagem é que, se a situação tornar a piorar, ela pode pedir a reinscrição.

Isso não significa que não existam casos de pura solidariedade e cidadania. “Eles fazem parte da nossa rotina de trabalho”, assegura o secretário Oliveira.

Governo quer manter famílias por mais dois anos – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional - 11/08/2008

A Presidência da República quer prolongar a permanência das pessoas no Programa Bolsa-Família. Isso poderá ocorrer após a regulamentação do decreto 6.392, assinado em março deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, quando alguma família melhora de renda e ultrapassa o patamar da pobreza, ela pode ser excluída automaticamente do programa. De acordo com o novo decreto, que se encontra na Casa Civil à espera da regulamentação, a melhoria não implicará a exclusão imediata. Cada família poderá permanecer até dois anos no Bolsa-Família, mesmo com aumento na renda, desde que não omita informações e atenda às condicionalidades ou contrapartidas exigidas oficialmente, tais como a permanência de crianças na escola e a carteira de vacinação em dia.

De acordo com a secretária nacional de Renda e Cidadania, Rosani Cunha, a decisão presidencial teve origem em estudos que demonstram que “uma das principais características das famílias pobres é instabilidade da renda”. Na prática isso significa o seguinte: várias famílias que se desligam após a melhoria de renda acabam retornando à situação de pobreza e solicitando a reinscrição.

“Com o decreto presidencial, elas podem permanecer um mínimo de dois anos, antes de passarem por um processo de revisão de benefícios”, observa Rosani. “Isso não significa que, se alguma família quiser sair, por vontade própria, não possa fazê-lo.”

O Ministério do Desenvolvimento Social procura estimular o desligamento voluntário. “Ele teve peso maior no início do programa, quando tínhamos menos eficiência para registrar as mudanças nas famílias”, diz Rosani.

Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o maior desafio que o Bolsa-Família enfrenta no seu atual estágio é o da perda de foco. “Temos menos pobres no País”, diz ele. “Com o desenvolvimento do programa de transferência de renda e a expansão do mercado de trabalho, a pobreza diminuiu. A tendência daqui para a frente é ficar cada vez mais difícil encontrar pobres para incluir no programa.”

O desafio daqui para a frente, na opinião de Neri, é criar estruturas para transformar a vida das pessoas atendidas: “Em vez de usar o cadastro único só para ver quem cumpre as condicionalidades do programa, o governo poderia aproveitar essa estrutura, muito sofisticada, para abrir portas de saída. O cadastro pode ser muito útil, por exemplo, na montagem de um sistema de concessão de microcrédito para as famílias.”

Neri observa que, apesar dos desafios postos para o futuro, o Bolsa-Família foi bem até aqui: “Com uma quantia que corresponde a 0,8% do PIB, ele beneficia quase 25% da população. Os gastos com a previdência são 14 vezes maiores e atingem metade das pessoas do Bolsa-Família.”

Graças à magnífica Olimpíada, o mundo descobre a China. Não apenas na força do esporte ou nos encantos milenares da população. Impressiona a potência da sua economia. O gigante país, porém, desperta expondo uma fraqueza.

Os distantes chineses deslumbram homens de negócios há séculos. Em 1295 Marco Polo retornou à Itália após uma viagem de 24 anos à China. Naquela época os mercadores venezianos controlavam, passando por Constantinopla, a “rota da seda”, um fascínio do vestuário medieval.

As descobertas chinesas foram fundamentais para a evolução da humanidade. Lá nasceram o papel, a pólvora, a bússola, a tipografia. Mais: de lá vieram os sinos, os tambores e os timbres musicais, o balão e o pára-quadras. Eles também inventaram a porcelana, o jogo de xadrez, o fósforo e o relógio. Incrível.

A impressionante capacidade criativa dos chineses afetou a soberba dos nobres ocidentais. Tanto é que, por séculos, na Europa trataram a Ásia com certo desdém cultural, um povo estranho, olhos puxados, língua incompreensível, religião exótica. A assemelhada Índia, colonizada pelos britânicos, parecia mais controlável, porque dependente do capitalismo europeu. Na China ninguém mandava.

Fechadas as fronteiras da comunicação, permanecia aquela nação um local ermo e isolado. Na época da guerra fria, quando se digladiavam EUA e União Soviética, distantes permaneciam os esquisitos comunistas chineses. Somente com a morte do grande líder Mao Tsé-tung, em 1976, a política começa a mudar. Os sucessores iniciaram a construção do novo modelo socioeconômico, uma mistura de socialismo de Estado com capitalismo inovador. Mais uma invenção histórica.

Paulatinamente se abria a sociedade chinesa. Ao mudar o milênio, a China se revelou ao mundo globalizado. O grande lance dessa recente trajetória ocorreu em 2001, quando solicitou seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ora, quem quer jogar precisa seguir as regras. E estas mandam abrir as fronteiras, em ambos os sentidos, tanto na importação como na exportação de produtos. Guerra por mercados.

O tamanho do mercado chinês faz brilhar os olhos dos comerciantes ocidentais. No Brasil, os agricultores sonham com o dia em que cada chinês vá tomar um cafezinho, um copo de suco de laranja ou comer uma boa picanha grelhada. Se, por exemplo, cada família chinesa se nutrisse com um bife diário, em 30 dias acabariam as exportações anuais de carne do Brasil. Haja alimento para atender àquele fabuloso mercado!

Depende, todavia, dos hábitos de consumo. Os chineses gostam, mesmo, de carne suína. A China é o maior produtor mundial de porcos, com um plantel de 500 milhões de cabeças, metade do existente no mundo. No Brasil o rebanho suíno alcança 37 milhões de cabeças. Porco com arroz. Os chineses mantêm um consumo médio anual, per capita, de 110 kg do branco cereal, ante 45 kg/ano dos brasileiros. No volume de produção, lá se colhem 184 milhões de toneladas de arroz, aqui são 12 milhões. Sozinha, a China produz 30% do arroz mundial.

Tudo, entretanto, está em mudança. O processo de urbanização que lá se verifica deve deslocar, até o final de próxima década, 400 milhões de pessoas, que deixarão a roça rumo às cidades. Será inevitável a alteração do padrão alimentar. Para as autoridades chinesas, aqui reside uma questão fundamental: como atender à nova

demanda urbana?

Dona de enorme território, a China possui apenas 2,7% das terras ainda disponíveis para ampliar sua agricultura. As pastagens não são conversíveis para produção agrícola, sobretudo porque estão em regiões geladas, ao norte e noroeste. Além disso, o governo estima que existam, nessas regiões, cerca de 260 milhões de hectares sofrendo problemas de desertificação, a maioria pastagens decadentes.

Restritos também se encontram os recursos hídricos. A produção irrigada cobre 55 milhões de hectares no país, com elevado consumo de água. A crescente urbanização provoca forte competição pelo uso da água disponível, o que, obviamente, limita a capacidade de produção rural. Por isso, segurança alimentar virou uma obsessão na política econômica chinesa. O drama da comida tromba com a tradição rural. Aumentos de produtividade por área exigem romper velhos métodos de produção, que se mostraram historicamente capazes de atender à subsistência familiar, mas impotentes de gerar excedentes para abastecer as nascentes metrópoles.

Vivem na China 250 milhões de agricultores. Mas 92,5% detêm menos de um minúsculo hectare de terra cultivada, algo como um quarteirão. Na produção animal também predomina a pequena subsistência familiar, ao lado de muita pobreza. Aumentar a escala de produção e tecnificar a agricultura chinesa será o maior desafio do desenvolvimento. Mais difícil que vencer a Olimpíada.

Neste momento, o ideal olímpico ocupa a atenção da mídia. Esportistas campeões disputam medalhas de ouro, enquanto os estrategistas políticos da China vendem sua imagem. O país torna-se uma fábrica mundial de quinquilharias, quintal produtivo das grandes multinacionais. Seu comércio se expande, arrebentando empresas domésticas continentes afora. Tencionam os chineses, ninguém duvida disso, dominar o mundo.

Mas o calcanhar-de-aquiles da segurança alimentar ameaça seus planos. Pode ser a sorte do Brasil. Aqui moram as férteis terras que lá escasseiam, abrindo uma chance real de o País se tornar o seu maior fornecedor de alimentos. Causa temor, porém, certa cobiça sobre a agricultura brasileira. Há chineses vasculhando o interior atrás de terras para comprar. Será bom negócio? ***Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.**

Estoque de alimento custará até R\$ 5 bi – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/08/2008

Governo quer comprar cerca de 6 mi de toneladas de arroz, feijão, milho e trigo; uma meta é evitar altas especulativas - Outro objetivo será regular as Bolsas de Futuros; em vez de grandes volumes, Conab comprará pequenos lotes e observará variação de preço

A retomada da política de estoques públicos visa acabar com a posição "neoliberal" que havia até hoje e terá duas funções: evitar a falta de alimentos, mas também ter um efeito regulador nas Bolsas de Futuros. A avaliação foi feita ontem em entrevista concedida à Folha pelo presidente da Companhia Nacional de Abastecimento,

Wagner Gonçalves Rossi. "Notamos que essa política [de estoques] tinha um caráter mais neoliberal, tirava muito o governo da ação direta para conter altas especulativas etc. Para fazer isso, o governo precisa ter estoques", disse. Segundo ele, a renovação do estoque ocorrerá, no máximo, a cada dois anos.

A política de estoques públicos foi encerrada na década de 1990 e retomada neste ano, no Plano Agrícola e Pecuário, voltado para a agricultura empresarial. A idéia do governo é comprar cerca de 6 milhões de toneladas de arroz, feijão, milho e trigo por um valor entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões.

Segundo Rossi, a Conab adotará nova estratégia na formação dos estoques. Em vez de grandes volumes, que exigem altos gastos de armazenagem, a companhia comprará pequenos lotes de produtos e acompanhará a oscilação dos preços no mercado para ver se é preciso comprar mais ou não. "Estamos começando a implementar o retorno aos estoques públicos, mas não aquele tipo de estoques de antigamente, com enorme quantidade e armazenagem caríssima."

O presidente da Conab explicou que os estoques servirão para uma espécie de regulação do mercado futuro de commodities, onde se negociam as safras que ainda serão colhidas.

O raciocínio do governo é simples. Os investidores utilizam a incerteza sobre a produção agrícola, que depende de clima, ausência de pragas e financiamento, para especular sobre a cotação do produto. Com os estoques públicos, fica mais difícil especular, porque o governo pode vender ou comprar no mercado para manter a cotação em uma determinada faixa de preço. "São pequenos estoques que terão dupla função: estoques estratégicos, para uma eventualidade, situação de catástrofe climática ou desabastecimento. Mas terão também capacidade de ter efeito regulador para conter uma eventual alta especulativa", afirmou.

Rossi admitiu, ainda, que a alta no preço dos fretes e a escassez de transporte no mercado vêm dificultando a comercialização de alimentos no país. Segundo ele, "o produtor está tendo cada vez mais dificuldade de encontrar caminhões", assinalou.

Prato típico brasileiro, feijão-preto começa a ser importado da China – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/08/2008

O mais tradicional prato da culinária brasileira atravessa distâncias cada vez maiores antes de chegar à mesa da população. Normalmente importado da Argentina nos momentos de escassez, o feijão-preto, base da feijoada, agora está vindo também da China. De janeiro a julho deste ano, o país asiático já enviou ao Brasil 23.729.661 kg do produto.

O número representa quase 35% do total importado no período, de 67.972.041 kg. Sozinho, supera todas as compras externas de feijão-preto feitas pelo Brasil no mesmo período do ano passado, de 12.866.050 kg. Em 2007, no entanto, a China não enviou um único grão para o país.

Segundo o analista Rafael Poerschke, da Safras & Mercado, a mudança no cenário está relacionada a uma demanda por importações atipicamente forte no início do ano. Apesar de o país não ser auto-suficiente em feijão-preto, as compras externas geralmente ganham força apenas a partir de setembro. "A safra mais importante para o feijão-preto é a primeira, que geralmente começa a ser colhida no fim do ano. Mas, por causa de fatores climáticos, essa safra atrasou", explica o analista. Com a oferta prejudicada e a demanda em alta, as empresas foram buscar o produto no exterior, e a China surgiu como alternativa devido aos preços baixos. "O feijão chinês chegou mais barato do que o nacional. A diferença chegava a R\$ 20, R\$ 30 por saca", afirma o presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio, José de Sousa e Silva. No segundo semestre, porém, a maior parte das compras deve vir do Mercosul, de acordo com Silva.

Conab doa quase 8 milhões de quilos de alimentos do PAA – Sítio Eletrônico da Conab – 15/08/2008

A Conab entregou, no último mês de junho, 4,5 milhões de quilos de alimentos a mais de 3,4 mil entidades sociais assistidas pelo Fome Zero em todo o Brasil. Os produtos, como feijão, arroz, farinha de trigo, açúcar, macarrão e óleo de soja, são destinados a famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. O balanço foi concluído nesta sexta-feira pela Superintendência de Programas Sociais e de Abastecimento da estatal.

Outros 2,4 milhões de quilos de alimentos também foram distribuídos, em junho, a famílias de acampados, indígenas, quilombolas e vítimas de calamidades. Os produtos foram comprados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2.239 associações de agricultores familiares de todo o país. Desde o início do ano, a Conab já executou mais de R\$ 200 milhões nesta ação. Os recursos são do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Também para este ano, está prevista a aplicação de mais R\$ 132 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em operações do PAA. As principais ações da Conab voltadas ao Fome Zero são realizadas por meio deste programa e de doação de cestas de alimentos.

Muitas incógnitas no preço dos alimentos – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/08/2008

Saldos negativos nas contas externas do País nos últimos meses começam a acender luzes de advertência, seja porque aumentam as remessas de lucros e dividendos (maiores que os investimentos) e as saídas nas contas financeiras, seja porque no primeiro semestre deste ano o déficit externo foi o maior desde 1947 e o saldo comercial, inferior em 44,8% ao de igual período do ano passado. A dívida externa volta a superar os US\$ 200 bilhões, a dívida líquida do setor público se mantém acima de 40% do PIB e os juros pagos no semestre (R\$ 74,8 bilhões) pela dívida interna de R\$ 1,239 trilhão equivalem a mais de seis meses de despesas com o maior programa social do governo federal, o Bolsa-Família. Uma das luzes foi acesa pelo próprio ministro das estratégias federais, ao dizer que será difícil sair desse quadro em que o comércio

exterior é muito afetado pelos cartéis de compradores de nossos produtos e fornecedores de insumos, principalmente na agricultura (Folha de S.Paulo, 6/8), embora nossas vendas ao exterior não passem de 1,2% do total mundial.

Em todo o quadro, assume destaque progressivo a questão do preço dos alimentos, principalmente pela influência nos índices internos de inflação e na própria oferta interna de alguns bens. O presidente da República, porém, em abril último achava (Estado, 26/4) que “a crise na oferta de alimentos é passageira, não é coisa perigosa”. Será mesmo? Quando se olha o conjunto de causas que estão empurrando para cima o preço dos alimentos e de commodities, sobrevêm muitas dúvidas. Ali se juntam a alta de preços de fertilizantes e dos combustíveis, o aumento da demanda por alimentos, principalmente na Ásia, e a migração de parte dos fundos financeiros para o mercado de commodities, assustados com as crises sucessivas na área do dinheiro.

No setor dos fertilizantes, por exemplo, este jornal lembrou em editorial (21/7) que o governo parecia perdido em meio a altas de 91% no preço do potássio importado, 75% no do nitrogênio e 61% no do fosfato; só produzimos 9 milhões de toneladas das 24,5 milhões consumidas em 2007. O ministro da Agricultura responsabilizava o “oligopólio dos fertilizantes” e a falta de investimentos nossos no setor. O preço de adubos está dobrando em relação à safra anterior, registrou o caderno Agricultura (30/6). Mas não somos os únicos prejudicados. Segundo a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da ONU, nos países ditos em desenvolvimento os gastos com alimentos representam de 60% a 80% dos gastos totais. As importações de alimentos no mundo chegam este ano a US\$ 1 trilhão (US\$ 215 bilhões mais que no ano anterior). Aqui, diz o Dieese, os preços dos alimentos subiram 30,83% entre julho do ano passado e maio deste ano, com destaque para o feijão (105%).

A influência dos mecanismos externos na formação de preços pode ser avaliada pela informação de que a Bolsa de Chicago, em 2007, negociou 7,3 bilhões de toneladas de milho, 4,3 bilhões de toneladas de soja e 2,7 bilhões de toneladas de trigo - mais de dez vezes além da produção real no ano. O mercado futuro, diz noticiário recente, chega a girar 22 safras equivalentes de soja por ano; os fundos de investimentos, oito safras. As aplicações podem entrar e sair a qualquer momento, sem relação com os fatores diretos de produção.

Não é preciso gastar muito espaço com a escalada dos preços dos combustíveis. Já a influência do aumento da demanda nos preços dos alimentos se revela na informação de que em uma década 400 milhões de asiáticos se incorporaram ao mercado consumidor. A China urbanizou 200 milhões de pessoas em pouco mais de duas décadas, tem planos para urbanizar mais 300 milhões (o presidente do nosso Banco Central chegou a dizer recentemente que o ataque à inflação no mundo e no País depende de a China conter sua demanda por commodities). Em seus relatórios sobre o desenvolvimento humano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem dito que, se todas as pessoas no mundo consumissem como norte-americanos, europeus ou japoneses, precisaríamos de mais dois ou três planetas como a Terra para suprir os recursos e serviços naturais necessários ao aumento da produção.

Que se vai fazer? A Argentina, com o governo em conflito com produtores, tentou contingenciar exportações, controlar preços de combustíveis e o câmbio. A Venezuela, por decreto, dá ao governo poderes para intervir na produção e distribuição

de alimentos, na formação de preços, na estocagem de produtos, na exportação e importação de produtos agrícolas, até na distribuição. Aqui, por ora, limitamo-nos a mais uma vez a renegociar dívidas (R\$ 75,5 bilhões) e perdoar juros dos produtores rurais. No preço dos alimentos no mercado interno, esse caminho provavelmente pouca influência terá, já que nessa área a participação decisiva é da agricultura familiar (que terá R\$ 12 bilhões), com 70% da produção (56% no leite, 67% no feijão, 89% na mandioca, 70% nos frangos, 75% na cebola), em 4,1 milhões de propriedades rurais.

Vamos seguir, por causa da alta dos alimentos, a receita clássica do Fundo Monetário Internacional (FMI), de redução dos gastos públicos, inclusive em setores fundamentais como saúde e educação? A conceituada revista inglesa *New Scientist* (26/7) joga água nessa fogueira, citando estudo da Universidade de Cambridge. Segundo esta, a taxa de mortalidade por tuberculose subiu muito em 21 países da Europa Oriental e Central que se dispuseram a aplicar desde 1989 programas do FMI para conter a inflação. Essa taxa, que era de seis mortos por 100 mil habitantes, aumentou 16%, enquanto a taxa de pessoas atingidas pela doença subiu 13% após a redução de gastos na saúde. O FMI contesta. É um bom alerta, de qualquer forma.

Parece estar chegando o momento em que vamos ter de tomar decisões mais radicais e de resultados mais rápidos na área da inflação. *Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Stephanes: 'Há alimentos para nós e para o mundo' – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/08/2008

Apesar de problemas como a restrição para plantio por questões ambientais, o Brasil vai ter neste ano uma safra agrícola recorde e atenderá plenamente o mercado interno, fará estoques e exportará US\$ 74 bilhões, 26,7% mais que no ano passado. “Vamos produzir mais, consumir mais e exportar mais, afirma o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em conversa com a coluna.

O Brasil já é hoje o segundo maior exportador mundial de grãos, após os Estados Unidos, mas no ritmo atual poderemos suplantá-los em 10 anos, “desde que não se imponham mais restrições ambientais à expansão da área plantada; hoje elas são excessivamente rígidas. Temos tudo, terras planas, clima, que precisamos cultivar para abastecer o Brasil e o mundo”, afirma o ministro.

DUAS FRENTES - O ministério está agindo em duas frentes: a interna, com aumento da produção, para atender plenamente ao consumo e conter a inflação, e externa, com os principais países importadores, para aumentar as exportações. “Internamente, a agricultura brasileira está fazendo a sua parte contra a inflação, que se combate com mais produção; já estão chegando ao campo os recursos do financiamento especial de R\$ 78 bilhões, aprovado pelo presidente. “Esse dinheiro beneficia as cinco grandes produções brasileiras, de algodão, milho, arroz, soja e feijão; na pecuária, está financiando a recuperação de áreas degradadas. A estimativa da safra de 2008/09 é de 143 milhões de toneladas, um novo recorde, o segundo ano consecutivo.”

TRIGO ENTUSIASMA - Mas a grande novidade que entusiasma Stephanes é o expressivo crescimento da produção de trigo. Ele revela que já neste ano, com os novos estímulos, a safra de trigo deve aumentar 25% e as importações vão recuar de 7 milhões para 5,5 milhões de toneladas. “Fechamos, assim, a porta da nossa única dependência externa de abastecimento de alimentos. Esta é a nova política do governo: tornar-se também um grande produtor de trigo.”

A GRANDE OPORTUNIDADE - A segunda frente é externa: aumentar ainda mais as exportações nesse ciclo de forte crescimento do consumo mundial de alimentos. “Com o aumento mundial do consumo, abre-se um novo espaço, que já está ocupando; o Brasil já é o segundo maior exportador mundial de grãos; representa 40% das exportações de carne e caminha para ocupar a metade do comércio agrícola mundial”, diz o ministro.

OS MERCADOS PRIORITÁRIOS - Nesse sentido, informa, o ministério considerou os 20 principais mercados importadores de alimentos e selecionou cinco: China, União Européia, Rússia, Estados Unidos e Japão.

“Eles importaram, no ano passado, nada menos que US\$ 377 bilhões, dos quais apenas US\$ 28 bilhões do Brasil. Há, portanto, um espaço imenso a ocupar e estamos ocupando. Vamos nos concentrar neles, sem deixar de lado os outros, que continuam se expandindo cada vez mais.”

A CHINA NÃO ATRAPALHA - Mas a China, que é também grande exportadora de commodities agrícolas, não vai competir com o Brasil? Afinal, ela anunciou, na última reunião da Rodada Doha, mudou de posição e ficou mais protecionista.

Stephanes esclarece que não há restrições especiais da China quanto à importação de commodities agrícolas. Como a Índia, ela defende que os países emergentes tenham o direito de impor barreira de proteção quando um determinado produto invade o seu mercado. Isso até poderia nos prejudicar, pois a China é a hoje a maior importadora de produtos agrícolas brasileiros, com um aumento de 27,9% no ano passado.

Mas, ressalta o ministro, as vendas para os chineses se concentram num único produto agrícola, soja em grão - 60,6% do total, em 2007. O restante é de celulose, óleo de soja em bruto e fumo não manufaturado; de agronegócio, o Brasil importou da China fios, produtos têxteis de algodão e papel.

“Nossas pautas agrícolas não coincidem; somos grandes exportadores de soja, café, açúcar, e carnes bovina e de frango, enquanto a China vende filé de peixe congelado, conserva de peixe, suco de maçã, tecidos de algodão e madeira. Vemos nela mais um parceira limitada a alguns produtos do que uma competidora.”

PROTECIONISMO ATRAPALHA - O protecionismo, as cotas de importação que os países desenvolvidos dão aos seus agricultores para que se tornem competitivos, é o inimigo da liberalização do mercado agrícola a combater. “Eles subsidiam generosamente não só a produção, mas também as suas exportações, numa competição injusta com os países que produzem a custos e preços menores. São punidos pela

eficiência...” Caso típico, entre outros produtos, é o etanol de cana. “Eles aplicam uma pesada taxa na importação para que o nosso não chegue ao consumidor americano praticamente pela metade do preço do etanol deles, de milho. E isso é válido para outros produtos agrícolas. Ele preferem proteger os seus agricultores, em prejuízo dos consumidores. E com isso perdem uma valiosa arma para combater a inflação”, assinala o ministro. Estranho. Uma aberração econômica que praticamente prejudica mais os americanos do que a nós.

Vai mudar? Stephanes não acredita, pelo menos por enquanto, pois o lobby dos agricultores americanos e europeus é poderoso e os consumidores não têm nenhum poder.

OMC NÃO AJUDA - E a OMC? Aqui, o ministro se irrita e perde a calma: “A OMC até hoje só tem prejudicado os países pobres. Os países ricos pouco ligam para as ações contra os subsídios, que perdem. Simplesmente não respeitam as decisões da OMC. Quando um país pobre ganha, não tem como cobrar os direitos que a OMC apenas teoricamente lhe concedeu para aplicar sanções no comércio bilateral, mas não tem como aplicá-las; temem retaliações. Exemplo típico, o algodão contra os EUA: ganhamos, mas não levamos. E tem sido sempre assim”, afirma Stephanes. Mas nós continuamos exportando muito, ministro. “Sim, mas poderíamos exportar mais. Temos produção, custos e preços menores, há um consumo mundial em expansão. O mundo está ávido por alimentos que nós, os países agroexportadores, podemos oferecer. Mas o mercado agrícola, a sua liberação, está travado!”

A coluna provoca: mas, mesmo sem a Rodada Doha, estamos exportando muito.

Sim, responde ele, categórico. Estamos indo bem sem Doha, mas nós, os países exportadores, poderíamos fazer mais. Veja: não se trata apenas do interesse de exportar, mas de oferecer mais alimentos ao mundo. O mundo está com fome, meu amigo, e nós, os países agroexportadores, temos produção suficiente para alimentá-los, e a preços menores, se nos deixarem. É só os países desenvolvidos liberarem o mercado.”

E, conclui Stephanes, o mundo tem fome, nós temos alimentos, é só derrubar as barreiras que estão aí há mais de dez anos. **E-mail: at@attglobal.net*

Nordeste é o que mais sofre com o aumento de preços - Mariana Schreiber – O Globo – Economia – 17/08/2008

Do Globo Online A alta dos preços dos alimentos castiga mais algumas regiões do país do que outras. Como a alimentação compromete a maior parte da renda das pessoas mais pobres, o encarecimento desses produtos eleva mais os índices das cidades onde a renda da população é menor. Com isso, a inflação acumulada nos últimos 12 meses nas capitais nordestinas está acima da média nacional (6,37%), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho, Belém acumula variação de 9,26% no último ano, a maior alta entre as 11 capitais pesquisadas. Em seguida vem Recife (8,31%), Fortaleza (7,06%) e Salvador (6,69%). Por outro lado, as maiores metrópoles

do país, Rio e São Paulo, estão quase na lanterna do ranking da inflação, com variação de 5,98% e 5,93%, acima apenas de Brasília (5,57%). — Rio e São Paulo têm peso grande no IPCA (juntas, representam 46,74% do índice) e estão ajudando a segurar o resultado nacional. Como a renda é mais baixa no Nordeste, o aumento do preço dos alimentos tem maior impacto na região — explica a coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos

Alimentação infantil sobe acima da inflação - Fabiana Ribeiro – O Globo – economia – 17/08/2008

A inflação dos alimentos exige dos pais cuidados a mais na hora das compras. Em produtos para o público infantil, é possível verificar variações de mais de 40% nos preços cobrados por diferentes supermercados. Além disso, itens fundamentais para o desenvolvimento infantil — como arroz, feijão e carnes — vêm acumulando altas nos preços bem acima da inflação. Quando as compras pesam no orçamento, mudanças no comportamento do consumidor podem, segundo especialistas, causar efeitos na valor nutricional das refeições das crianças. A hora é, portanto, de pesquisar. Enquanto a inflação oficial, medida pelo IPCA, acumula 4,19% até julho, as famílias vêm sofrendo com altas bem maiores em itens importantes na cesta das crianças, no mesmo período: arroz (37,5%), feijão (66,24%), carnes (14,93%), leite (9,33%) e suco de frutas (4,15%). Pesquisa feita pelo GLOBO em seis supermercados do Rio, com sete itens, mostrou que a inflação não é a mesma para todos. A caixa de Toddyinho 200ml custava, na semana passada, de R\$ 0,89 a R\$ 1,28 — uma diferença de 43,8% do mais caro para o mais barato. O preço da lata de leite Ninho variava 42,9%, de R\$ 6,29 a R\$ 8,99. Já o tablete de Danoninho era encontrado por R\$ 2,99 em algumas redes, mas também por R\$ 4,11, 37,4% mais caro. — Pesquisar é a regra número um para quem deseja, nestes tempos de preços mais salgados, economizar para garantir a boa alimentação dos filhos — diz Ana Cristina Teixeira, nutricionista do Centro de Nutrição Equilibra. Preocupação com gastos chega à internet A preocupação dos consumidores com os gastos com as crianças é registrada pelo Mercado do Preço, site que compara os preços de alimentos e bebidas de supermercados de Rio e São Paulo. De acordo com site, o preço da lata de Farinha Láctea Nestlé, por exemplo, em um mesmo mercado, chegou a subir 40% de março a julho. Entre supermercados diferentes, o Danoninho Petit Suisse (360g) variou 25% e a Geléia de Mocotó Imbasa, 30%. — Registramos, nos últimos dois meses, um crescimento no número de acessos de cerca de 30% em todas as categorias — afirma Roberto Marques, diretor do site. A nutricionista Ana Cristina lembra que há outros cuidados a tomar, além da comparação dos preços. Ela recomenda que os pais dêem preferência a frutas e verduras da estação (mais frescas e baratas), evitem, quando possível, os produtos industrializados tipicamente infantis (mais caros) e sempre optem pelos sucos naturais (mais em conta e saudáveis). — As embalagens individuais, por sua vez, podem ser substituídas pelas maiores, que, em geral, valem mais à pena para o bolso — acrescenta. E a alta dos preços já mexe com os hábitos alimentares das famílias. Na casa de Raphaela Pelosi, foi preciso reduzir a variedade do cardápio de suas filhas. Se há alguns meses ela variava os tipos de feijão diariamente, agora esse intervalo passou a ser semanal. Raphaela trocou os sucos de fruta em caixa pelos de garrafa, que “rendem mais” e mistura frutas ao suco de laranja das crianças. — Passei a comprar biscoitos no atacado e envio a merenda em potinhos. Mexi na alimentação, mas não alterei a qualidade nutricional para minha família — disse ela, frisando que há

itens, como o leite, em que não é possível fazer economia. — São litros e litros por mês. Menos peso no orçamento, mas ainda fazendo pressão Os cuidados dos pais podem evitar danos à alimentação dos filhos, afirma Marília Leão, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Para a classe média, esses danos podem vir em forma de obesidade, devido à escolha inadequada dos alimentos. Muitas vezes, alimentos de maior valor calórico são mais baratos. Carboidratos a mais na dieta, como a batata — cujos preços desaceleraram em julho — podem trazer quilos a mais. — Uma escolha baseada apenas no preço acaba sendo errada. E os hábitos alimentares são estabelecidos na infância — frisa a especialista. Para Marília, os efeitos da inflação são ainda mais devastadores, para os mais pobres: — Essa inflação corrói rapidamente os ganhos conquistados pelas famílias nos últimos anos. Com mais renda, houve redução nos níveis de subnutrição. Com os preços mais altos, há o risco de um retorno da subnutrição. E o que preocupa é que a desnutrição não precisa de anos para se instalar: em um mês, ela pode acontecer. Apesar de a inflação ainda corroer os rendimentos, a alimentação pode pesar menos nos próximos meses, dizem economistas. No entanto, deve continuar a fazer pressões. — Os preços dos alimentos estão com um comportamento melhor no fim de julho e agosto e devem manter essa tendência pelo menos até o fim do mês. No entanto, é um grupo muito volátil e deve continuar pressionando até o fim do ano — acredita João Philippe de Orleans e Bragança, economista da Paraty Investimentos

Inflação perde força com queda dos agrícolas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2008

Embalada pela queda das commodities agrícolas, a inflação desceu ladeira abaixo: o IGP-10 (Índice Geral de Preços que mede a inflação entre os dias 10 de um mês e do outro) baixou de 2% em julho para 0,38% neste mês, segundo a FGV (Fundação Getulio Vargas). Trata-se do menor índice desde o 0,22% de julho de 2007.

A perda de fôlego da inflação ficou concentrada nos produtos agrícolas no atacado, cuja queda de 1,98% neste mês seguiu o ritmo de redução das commodities internacionais. Somente a soja caiu 6,51%. Em julho, os agrícolas registraram alta 4,46%. Diante desses resultados, o IPA (Índice de Preços por Atacado) subiu 0,25% neste mês (ante 2,54% em julho). Mas os produtos industriais não caíram com força - passaram de 1,71% em julho para 1,13% neste mês.

"A descompressão da inflação está ligada em grande parte à queda dos agrícolas. A queda tende a se estender, mas talvez não com a mesma intensidade de julho e do começo deste mês", diz Fábio Romão, economista da consultoria LCA.

Para Salomão Quadros, coordenador da FGV, "o pior da inflação já passou", embora novas altas não estejam descartadas. "Temos uma inflação internacional. Não sei se ela permanecerá nesse patamar, principalmente pelos produtos agrícolas, que estão instáveis."

A tendência de recuo no atacado influenciou os preços no varejo. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) caiu de 0,65% em julho para 0,36% neste mês. O resultado

refletiu principalmente a desaceleração dos preços dos alimentos -de 1,56% em julho para 0,13% neste mês.

Para Luiz Roberto Cunha, economista da PUC-RJ, a menor pressão sobre a inflação vai perdurar no atacado, mas não chegará com toda a intensidade no varejo.

Colaborou **CIRILO JUNIOR**, da Folha Online

Alimentos ajudam e IGP-M tem deflação de 0,12% - Alessandra Saraiva e Flávio Leonel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2008

Embalada por alimentos mais baratos, a segunda prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de agosto apresentou queda de 0,12%, após a alta de 1,79% em igual prévia em julho. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que anunciou ontem o indicador, foi a menor taxa em mais de dois anos, bem mais baixa que a da primeira prévia do índice, anunciada há duas semanas, de taxa negativa de 0,01%.

- [Especial: De olho na inflação, preço por preço](#)
- [Multimídia: entenda os principais índices de inflação](#)

O resultado acalmou as expectativas do mercado financeiro. É o caso do diretor-adjunto de Economia e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi, Paulo Barcellos, cuja instituição reduziu a previsão para o índice do mês. “Esperávamos estabilidade para a taxa anunciada hoje. Como veio bem mais baixa, revisamos automaticamente o cômputo mensal. Estávamos trabalhando com 0,10% de alta para o mês e agora passamos a prever uma variação negativa de 0,02% para o IGP-M.”

O analista da consultoria Tendências, Gian Barbosa, também modificou suas estimativas para o índice. “As últimas divulgações referente aos Índices Gerais de Preços (IGPs) e a continuidade do recuo das cotações das commodities motivaram a revisão de -0,10% para -0,23% da nossa projeção para o IGP-M de agosto”, afirmou.

O coordenador de Análises Econômicas da FGV, Salomão Quadros, admitiu que há uma “boa chance” de o IGP-M de agosto fechar com deflação. Mas disse não acreditar que, caso o índice realmente fique negativo, isso represente o início de um ciclo de deflações nos IGPs. “Não estamos vivendo um cenário de deflação”, disse. “O que está ocorrendo agora é que os preços dos produtos agropecuários estão procurando um patamar de equilíbrio.” Ele explicou que os preços dos alimentos subiram muito nos últimos meses, tanto no atacado quanto no varejo, em razão da demanda forte e da oferta reduzida. “Os produtos agrícolas estão passando, agora, por uma espécie de ajuste.”

Esse ajuste levou a uma queda de 3,86% na inflação dos itens agropecuários, dentro do setor atacadista, na segunda prévia de agosto, ante alta de 3,83% em igual prévia em julho. Os preços no atacado também entraram em trajetória de deflação (de 2,28% para -0,44%) e foram decisivos para a queda na segunda prévia. O setor atacadista responde por 60% do total do IGP-M.

Houve quedas expressivas nos preços das commodities, como soja (-11,23%); milho (-8,93%) e trigo (-13,26%), e de itens agrícolas importantes, como tomate (-22,92%). “No setor agropecuário, no atacado, podemos dizer que houve um cenário de quedas e desacelerações de preços generalizadas”, afirmou Quadros.

Os preços dos alimentos para o consumidor também entraram em queda (-0,34%) e foram responsáveis pela despencada da inflação no varejo, que foi reduzida para menos da metade (de 0,54% para 0,21%). Na construção civil, a inflação teve leve desaceleração (de 1,34% para 1,32%) por causa da queda no custo da mão-de-obra.

Até a segunda prévia de agosto, o IGP-M em 12 meses está em 13,87%. Até a primeira prévia, era de 13,99%. Quadros observou que o índice se aproxima das projeções dos analistas ouvidos no Boletim Focus do Banco Central (BC) para as taxas anuais dos IGPs em 2008, que giram em torno de 11%.

Desnutrição caiu mas fome ainda é dilema – O Globo – Capa – 26/08/2008

No ano do centenário do nascimento de Josué de Castro (autor de “ Geografia da fome ”), o Brasil constata que o drama hoje é o da insegurança alimentar. A desnutrição aguda caiu 46% em dez anos. Páginas 26 e 27

Afogados num mar de miséria – Letícia Lins – O Globo – Economia – 26/08/2008

GAMELEIRA (PE) A pouco mais de 90 quilômetros de Recife, na área urbana de Gameleira, Edileide Maria de Almeida, 29 anos, mora com sete filhos em uma casa de taipa, com chão de terra batida. Não tem emprego, Bolsa Família, nem comida regularmente. Vive de doações de alimentos de políticos ou vizinhos, mas há pouca variedade: arroz, feijão, macarrão, fubá. Mas cada refeição só tem dois desses itens. Muitas vezes, um só. — Não tenho emprego. A TV e o som que tenho dentro de casa foram dados pela minha mãe, que mora no agreste — conta Edileide, que dorme com os filhos pequenos em um catre, enquanto os maiores dormem pelo chão de barro. No seu quintal, passa esgoto a céu aberto de casas vizinhas. Ela diz que a comida que recebe dura até quinta-feira. Nas sextas, geralmente só há café preto de manhã. — Acho que essa comida não é suficiente. De manhã, os bichinhos acordam pedindo pão, bolacha, mas não tenho para dar — afirma Edileide. “ Bichinho ” é um jargão utilizado no Nordeste para as crianças, numa expressão de afeto. O aluguel da casa, de R\$ 40, é enviado pelo ex-companheiro e pai das crianças. A família tem ainda um quati órfão, encontrado na mata, para alimentar. A vizinha de Edileide, Marilene Calado da Silva, 25, também está em situação difícil. O marido foi assassinado. Arranjou um novo companheiro, cortador de cana, que está sem emprego. Ela tem quatro filhos — Tamires (9 anos), Moisés (8), Everton Pedro (5) e Alice Taís (11 dias, filha do morto) — e a única fonte de renda é o Bolsa Família: R\$ 112 mensais. Ganhava meio salário mínimo como empregada doméstica, mas está em casa desde que deu à luz. — Quando não tem comida, os meninos ficam chorando e pronto. Para a pequena, não falta comida porque tem leite no peito — resume. Sobrepeso muda o perfil da fome Os exemplos de Edileide

e Marilene são emblemáticos. Em Gameleira, município da Zona da Mata pernambucana, 88% da população vivem em estado de insegurança alimentar, conceito usado para definir quem acorda sem ter garantia de que fará três refeições por dia em quantidade e qualidade suficientes. Não é a fome sobre a qual escreveu o médico-geógrafo Josué de Castro em sua obra mais famosa, “ Geografia da Fome ” , há 62 anos. Em setembro, será comemorado o centenário do seu nascimento. Em homenagem à data, o Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) encaminhará, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o resultado da pesquisa feita em Gameleira sobre os estarecedores 88%. Pedro Israel de Lira, coordenador da pesquisa, diz que o déficit de altura e peso nas crianças em Gameleira é de 14% e 7%, respectivamente, quando o padrão aceito internacionalmente é de 2,3%. O município forma um triângulo com Ribeirão e Água Preta, onde, nos anos 70, o cientista Nelson Chaves já denunciava o surgimento de uma geração de “ nanicos ” . Três décadas depois, Gameleira ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,590, bem abaixo da média nacional (0,800). Se a fome um dia foi magra — retratada na fisionomia de camponeses esqueléticos da Zona da Mata ou do sertão — ela hoje mudou de perfil e ficou obesa. Pode parecer contradição, mas é o que vem ocorrendo no Nordeste. A pesquisa da UFPE chegou a constatar que o sobrepeso e a obesidade chegam a atingir um terço da população com mais de 18 anos. — O sobrepeso e a obesidade em famílias em situação de insegurança alimentar formam o grande contraste que se observa na fome do século XXI — diz Lira, reforçando que o alto consumo de carboidratos é, hoje, o principal responsável pelo aumento de peso da população. — A face mais trágica da epidemia de fome, sede e doenças a ela associadas desapareceu, assim como aquele homem esquelético — pele e osso — que víamos morrendo pelas estradas. Ou seja, a fome mudou de cara. Agora, temos até sobrepeso e obesidade, o que pode dar uma falsa indicação de que as pessoas estão se alimentando bem — analisa Malaquias Batista, considerado um dos maiores especialistas em nutrição do país. Os “ homens-caranguejos ” descritos por Josué de Castro também estão, até hoje, nos mangues pernambucanos, vivendo em palafitas no bairro do Pina, vizinho ao metro quadrado mais caro do Recife, a Praia da Boa Viagem. Foi observando a população anfíbia, que vivia nas proximidades do Rio Capibaribe, em Recife, que Josué enriqueceu sua obra. — Siri que é bom, sumiu. Antes nem precisava sair daqui. Até os gatos tinham comida farta. Agora só consigo sururu, marisco e, assim mesmo, depois de remar por duas horas para longe daqui — lamenta Severino José Bernardo Freire, que, há 20 anos, trabalha sem carteira assinada e precisa sustentar oito filhos. A queixa de Freire tem uma explicação. É que, em pouco mais de meio século, cerca de 50% da vegetação nativa de mangue foram destruídos, o que faz com que a vida dos “ homens-caranguejos ” hoje, seja bem mais adversa que aquela descrita por Josué, no romance de mesmo nome. Quem vive da lama, como Geraldo Gerson dos Santos, ex-ajudante de pedreiro e há cinco anos sem emprego formal, precisa criar alternativas para sobreviver. Ele limpa e arruma corda de siriáçu para vender na ponte que liga Itapissuma à Ilha de Itamaracá. Foi a forma que encontrou para driblar a fome. Com dois filhos para sustentar, sua renda mensal não chega a um salário mínimo. — A gente anda com lama até a cintura e só consegue essa mixaria — lamenta Santos, que, como a maioria dos brasileiros, nunca ouviu falar de Josué.

Médico pernambucano ganhou o mundo Josué de Castro, indicado ao Nobel da Paz, era conhecido como o sociólogo da fome O pernambucano Josué de Castro é um nome praticamente desconhecido de algumas gerações, apesar de ter sido um dos intelectuais brasileiros de maior projeção do século XX. Seu pioneirismo no combate à fome rendeu a esse médico, professor, cientista político, sociólogo, geógrafo,

parlamentar e representante do Brasil em organismos internacionais comparações com Pasteur, Einstein e Copérnico. Traduzidos para 27 idiomas, os livros “ Geografia da Fome ” (1946) e “ Geopolítica da Fome ” (1951) transformaram Josué numa unanimidade. O reconhecimento veio com os prêmios Franklin Roosevelt, da Academia de Ciência Política dos Estados Unidos, e o Internacional da Paz, do Comitê Internacional da Paz. Era uma época em que Josué era considerado presença obrigatória nas reuniões das Nações Unidas e recebeu indicações ao Nobel da Paz. Fome, meio ambiente e paz eram seus temas prediletos. Com o golpe militar, Josué foi cassado e seus livros, banidos das livrarias e das universidades. Esse erro histórico será reparado no em setembro, mês que marca seu nascimento e morte. — Há uma nova geografia da fome, só que o colonialismo dos anos 40 foi substituído pelo protecionismo agrícola dos países ricos — cutuca o médico e escritor Moacyr Scliar, ao lembrar que Josué era um “ ícone para sua geração ” . Até hoje, Josué é considerado uma referência internacional. — Meu pai foi um semeador de idéias, mas, como ele não foi ouvido quando era para ser ouvido, entramos no século XXI com os mesmos problemas — diz a socióloga Anna Maria de Castro, responsável pelo espólio intelectual do pai. Filha do meio do casal Josué com a ex-miss Pernambuco Glauce Pinto, Anna Maria guarda em casa as primeiras edições dos livros do pai. As lembranças estão espalhadas pela casa. Num canto da sala, um retrato de Josué pintado por Candido Portinari. Apesar de apontado como cidadão do mundo e ter presidido a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), entre 1952 e 1956, Josué nunca desfrutou no Brasil de tamanha notoriedade, mesmo tendo influenciado de Getúlio Vargas a João Goulart. Com depressão, Josué de Castro morreu no exílio, em Paris, com 65 anos, num 24 de setembro. Só voltou ao Brasil para ser sepultado no Cemitério São João Batista. (Liana Melo)

Um novo mapa da fome – Liana Melo – O Globo – Economia – 26/08/2008

O Brasil conseguiu apagar a imagem de crianças esqueléticas e retirantes, mudando o perfil do mapa da fome no país desde os tempos de Josué de Castro. As estatísticas oficiais apontam que um em cada três lares — 18 milhões de domicílios — ainda vive o drama da insegurança alimentar. Ou seja, são brasileiros que não têm garantia que farão as três refeições diárias em quantidade e qualidade suficientes. Ao todo, são 72 milhões de pessoas, das quais 14 milhões vivem sob insegurança alimentar grave, calcula o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números mais recentes mostram, no entanto, que nos últimos anos o país vem, aos poucos, vencendo o desafio da fome. De 1996 a 2006, a desnutrição aguda foi reduzida em 46% no Brasil e 74% no Nordeste. O percentual de crianças de até 5 anos que sofrem de desnutrição crônica caiu de 13% para 7% nesse período. — A fome é inadmissível num país que não tem problemas de produção de alimentos — admite o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias. Ele diz que a situação está mudando, como comprovou a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), de 2006. Nova pesquisa deve apontar melhora Num momento em que a inflação dos alimentos volta a preocupar e que algumas áreas estão sendo disputadas por outras culturas, nada mais oportuno do que visitar Josué de Castro. Seu centenário de nascimento será comemorado no próximo dia 5, em Recife, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará de uma reunião do Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), marcada para celebrar o centenário de Josué. A coordenadora de

Trabalho e Rendimento do IBGE, Márcia Quintslr, diz que a melhora dos indicadores deve ser reforçada pelo resultado da próxima Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009: — O retrato do Brasil que vai surgir mostrará uma situação de segurança alimentar melhor que a atual — afirma. A convicção de Márcia se baseia no fato de o país estar num momento de expansão econômica, o que permite maior oferta de emprego e renda. Historicamente, os mais pobres são os mais vulneráveis a qualquer variação de preço. No Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — pesquisa com famílias de renda entre um e seis salários mínimos —, a cesta básica pesa 30,45%, pressão maior que a de transporte (16,53%) e habitação (15,74%). O presidente do Consea, Renato Maluf, não está tão otimista. É que, recentemente, 31 cidades do Maranhão foram vítimas de beribéri, doença provocada pela ausência de vitamina B1. Ainda que o governo tenha logo reagido, Maluf confessa preocupação. — Ainda que os indicadores de hoje sejam inferiores aos do passado, a ocorrência da fome, num país com abundância de produção de alimentos, é a prova de que a desigualdade social está na raiz do problema. Francisco Menezes, economista do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), concorda e diz que a situação não está pior por causa de programas como o Bolsa Família. Em pesquisa, o Ibase constatou que, entre os beneficiários do programa, o consumo de alimentos aumentou. As estatísticas, no entanto, não fazem desaparecer dramas como o da aposentada Antônia Maria dos Santos, moradora de Gameleira (PE) que, aos 86 anos, ainda ajuda filhos e netos que, em períodos de seca não têm o que comer. — O que entra em casa é pouco, não dá para a semana. Quando não tem mais comida, a gente vai ao rio e dá uma pescadinha.

AMANHÃ: PAES DE BARROS FALA DA MUDANÇA NO PERFIL DA FOME NO BRASIL

Josué tornou esse drama visível – Liana Melo - O Globo – Economia – 26/08/2008

CORPO A CORPO JOSÉ GRAZIANO O presidente da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, José Graziano, diz que a fome é um tema da agência pública, graças a um dos seus antecessores no cargo, Josué de Castro.

O GLOBO: Lá se vão 62 anos desde o lançamento de “ Geografia da Fome ” . Como o senhor avalia a situação atual do país?

JOSÉ GRAZIANO: Embora ainda haja muito que fazer para garantir a segurança alimentar de toda a população, houve muitos avanços no Brasil. Hoje, o combate à fome é um tema que está colocado na agenda pública, do Brasil e do mundo. A semente para que isso viesse a acontecer nasce com Josué de Castro, que tornou a fome visível. Antes, ela era escondida. Hoje o combate à fome não é uma prioridade só do governo: o direito à alimentação ganhou reconhecimento e respaldo legal com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan).

O Brasil não sofre de escassez de alimentos, como na África. Qual é então a causa do problema na América Latina?

GRAZIANO: O problema da fome na América Latina está relacionado ao acesso e à má distribuição de renda, e não à falta de alimentos. O que falta são os recursos financeiros necessários para que todos possam comprar a comida de que precisam. A FAO estima que a disponibilidade de comida na região é cerca de 30% superior à necessária para alimentar toda sua população.

O senhor acredita que a volta da inflação dos alimentos pode comprometer os avanços conquistados no país em relação à segurança alimentar?

GRAZIANO: A alta da inflação preocupa porque as famílias mais pobres gastam uma maior parte do seu orçamento com comida. Levantamento da FAO em sete países da América Latina e Caribe mostra que os mais pobres gastam, em média, 46% de sua renda com alimentos. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, estima que, se nenhuma medida for tomada, a alta dos preços pode aumentar o número de pobres da região em mais de 21 milhões de pessoas. Os governos precisam reagir. Há diversas formas de fazer isso, como incentivar o aumento da produção agrícola, principalmente da agricultura familiar, e apoiar as famílias pobres sem possibilidade de produzir para autoconsumo, com transferências de renda e assistência emergencial.

Alguns críticos da globalização dizem que o colonialismo do passado mudou de nome e virou protecionismo agrícola dos países ricos. O que o senhor acha?

GRAZIANO: O protecionismo agrícola dificulta o desenvolvimento econômico e social dos países pobres. Não há dúvida que o apoio à agricultura em países desenvolvidos dificulta a produção da agricultura familiar nos países em desenvolvimento. Daí a importância de se chegar a um acordo que permita aos países em desenvolvimento competirem com os mais desenvolvidos na produção de alimentos. Embora as negociações recentes da Rodada de Doha não tenham tido êxito, a FAO ainda acredita num acordo entre os países e acredita que ele é fundamental para a segurança alimentar mundial. Não há uma solução individual para a atual alta dos preços dos alimentos porque ela é uma crise global. (Liana Melo)

'A fome hoje está maquiada' – Liana Melo - O Globo – Economia – 27/08/2008

Autor de estudos sobre pobreza, o economista Ricardo Paes de Barros afirma que as redes de solidariedade no Brasil mascaram a relação entre a falta de dinheiro e a insegurança alimentar e que a inflação dos alimentos tende a afetar mais o pobre urbano

ENTREVISTA Ricardo Paes de Barros Sempre que pode, o economista Ricardo Paes de Barros — conhecido como PB — foge dos holofotes. A exceção é aberta quando a discussão é sobre pobreza e fome. Da sua sala, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), já saiu mais de uma centena de estudos sobre esses temas. Com anos de pesquisa sobre o assunto, PB concluiu que nem sempre a pobreza absoluta leva à fome. No Brasil, por exemplo, redes de solidariedade são acionadas e acabam mascarando a relação entre falta de dinheiro e insegurança alimentar. De volta ao Rio, após passar os primeiros meses de 2008 nos EUA, como professor convidado na Universidade de Chicago, ele falou ao GLOBO sobre a fome no Brasil do século XXI.

GLOBO: O senhor considera que insuficiência de renda leva necessariamente à fome?

RICARDO PAES DE BARROS: Existe uma diferença entre insuficiência de renda e segurança alimentar, fome ou subnutrição. Não é à toa que o grau de subnutrição no Brasil é bem inferior ao de crianças extremamente pobres. É consenso que a extrema pobreza hoje no país gira em torno de dois dígitos, enquanto o percentual de desnutridos é de só um dígito. Se as duas variáveis andassem sempre juntas, toda pessoa extremamente pobre passaria fome.

Se a extrema pobreza não leva à fome, o que de fato leva?

PAES DE BARROS: A principal explicação é que há mais solidariedade em termos de alimentos do que renda.

Pode explicar melhor isso?

PAES DE BARROS: É muito difícil ver um parente ou um vizinho passando fome, e não fazer nada. Mas se você sabe que ele não tem dinheiro, dificilmente dará um cheque para esta pessoa. Existe no país uma solidariedade muito grande, às vezes informal, invisível, governamental ou do terceiro setor, que evita que pessoas extremamente pobres passem fome. É por isso que existe uma proporção significativa da população que se alimenta, apesar de não ter recursos para comprar alimentos.

E o que leva pessoas acima da linha da extrema pobreza a terem fome?

PAES DE BARROS: Muitos extremamente pobres no Brasil não passam fome. Por outro lado, muitos que não são extremamente pobres passam fome. Isto prova que dar renda para sair da linha da extrema pobreza não é necessário para acabar com a fome e que esta não é um subconjunto da extrema pobreza. Aí está a questão: se você não tem acesso a uma rede, a renda necessária para não passar fome é bem alta. Numa região metropolitana, a pessoa precisaria receber três vezes mais do que realmente ganha para garantir a alimentação da família.

Isto significa que programas distributivos, como o Bolsa Família, são paliativos?

PAES DE BARROS: Transferir renda para as famílias é ótimo e acaba aliviando, sim, a pobreza em certas famílias. O problema é quando este tipo de programa é a única estratégia para combater a fome. Aí, sim, é um pouco ineficiente, já que se sabe que grande parte dos recursos transferidos não será gasta só com alimentos. Sem dúvida, o Bolsa Família é uma das melhores iniciativas feitas no país em termos de política social e tem que continuar. O problema é que a fome tem que ser tratada diretamente. Os que ainda passam fome é porque não têm capital social algum.

Esta explicação vale para as regiões como o sertão?

PAES DE BARROS: É claro que existem comunidades sem recursos, como na África ou no Nordeste brasileiro. Mas são situações isoladas. Não estou dizendo que o Bolsa Família não ajude a acabar com a fome. Mas se tivéssemos um mapa com os focos de insegurança alimentar, seria mais eficiente do que tentar atacar (o problema) com programas como o Bolsa Família.

A fome no país deixou de ser um problema econômico?

PAES DE BARROS : Quem passa fome no Brasil, em geral, é o pobre, que vive rodeado de alimentos seja nas padarias ou nos supermercados. Isto prova que a fome no Brasil e no mundo continua sendo um problema econômico. A diferença é que hoje, ao contrário do que ocorria nos anos 40, o país ficou mais rico. Hoje, a fome no Brasil está misturada com a não-fome, o que não ocorria na época de Josué (o geógrafo Josué de Castro, autor do livro “ Geografia da Fome ”). Na época dele, a fome era concentrada. Hoje está espalhada, mas muitas vezes maquiada pelas redes de solidariedade, o que acaba dando a impressão de que a falta do poder econômico não leva à fome.

A inflação dos alimentos volta a ser uma preocupação no mundo. O senhor acredita que o Brasil será atingido por ela ou está blindado?

PAES DE BARROS: A produção de alimentos no Brasil dá para alimentar a população brasileira em uma vez e meia. Estamos absolutamente longe de uma escassez de alimentos. Como hoje existem usos alternativos da terra, isto pode levar à elevação dos preços dos alimentos. Mas, afinal, elevar o preço dos alimentos é bom ou ruim? Depende. Existem muitos pobres que vivem produzindo alimentos. Para eles, a alta de preços seria muito boa. Quem entra pelo cano é o pobre urbano, já que ele vai ver o preço da cesta básica subir muito acima de sua capacidade de compra. A inflação dos alimentos vai acabar mudando o mapa da fome no Brasil. A fome no meio urbano tende

a crescer mais do que a rural, pois a agricultura familiar no país é muito forte. “ O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura. Foram os interesses e os preconceitos de ordem política e econômica da nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido. O maior absurdo de nossa sociedade é termos deixado morrer centenas de milhões de indivíduos de fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção e que dispõe de recursos técnicos adequados à realização desse aumento. Trechos de "Geografia da Fome ” , de Josué de Castro

Cidade de Deus vive drama pior que o do semi-árido – O Globo – economia – 27/08/2008

Lá, 10% das crianças estão em risco. A pequena A., de 2 anos e 6 meses, não pára quieta. Também não dorme. Desde que nasceu, ela troca o dia pela noite. Sua mãe já se acostumou com a rotina, mas ainda não esqueceu o susto que levou quando descobriu, recentemente, que a caçula estava subnutrida. A. não é a única na Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio, vizinha à Barra da Tijuca. Lá, 10,1% das crianças de 0 a 5 anos estavam subnutridas quando o Centro de Estudos e Ações Culturais e Cidadania (Ceacc) decidiu avaliar, em julho do ano passado, a segurança alimentar das crianças em parceria com a ONG internacional ActionAid. A pesquisa detectou também que 11,9% das crianças pesquisadas viviam em risco de desnutrição enquanto outras 31,6% tinham algum comprometimento nutricional. O mais dramático foi a constatação de que o índice de desnutrição da Cidade de Deus era superior ao da média nacional e acima do semiaçudo. A desnutrição no país era de 4,6% e a do semiaçudo, 6,6%, segundo avaliação da Unicef feita em 2005. — Levamos um susto com o resultado da pesquisa — recorda Ana Lúcia Cardoso, antropóloga de formação e uma das coordenadoras do Projeto Avaliação Nutricional das Crianças de 0 a 5 anos da Cidade de Deus, que pesquisou 2.767 crianças da favela. Quando a pesquisa foi feita, A. estava abaixo do peso e com altura incompatível com seus 1 ano e 10 meses da época. Hoje, apesar de ainda ser pequena para a idade, saiu do risco nutricional. (L.M.) FOME DE LIVROS, no Razão Social, na próxima segunda-feira

Recuo no preço dos alimentos gera deflação – Toni Sciarretta - Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2008

IGP-M fecha agosto em -0,32% com queda nos preços agropecuários, mas no acumulado de 12 meses a alta é de 13,6% - Apesar de queda no atacado, analistas duvidam que preço ao consumidor caia com mesma velocidade e intensidade da alta

O IGP-M, que assustou no início do ano com forte alta puxada pela inflação mundial dos alimentos, registrou em agosto deflação de 0,32%. O motivo foi a queda no preço dos produtos agropecuários, especialmente no atacado, que recuaram 4,81% no mês após subirem 3,69% em julho, o que havia levado o índice a subir 1,76%.

Foi a primeira baixa registrada no IGP-M desde abril de 2006 (-0,42%). No ano, o índice acumula alta expressiva de 8,35%. Nos últimos 12 meses, chega a 13,63%. Conhecido por reajustar os preços de aluguéis e serviços públicos, a expectativa do mercado é que o IGP-M feche 2008 com alta de 10,91%.

A maior queda vista em agosto foi nos preços do atacado, que recuaram 0,74%, depois de subirem 2,20% em julho. Segundo Salomão Quadros, coordenador da pesquisa do IGP-M da FGV, 80% dessa contração dos preços dos produtores foi consequência do recuo no preço dos alimentos (-4,81%) e matérias-primas brutas (-4,71%), movimento vivido em todo o mundo por conta do aumento da produção e da expectativa de desaceleração no consumo.

A pesquisa mostra também que a queda dos preços no atacado já chegou ao consumidor. No varejo, a alta de preços foi de 0,23% em agosto -contra 0,65% de julho. Só os alimentos tiveram baixa de 0,46% nos preços, após uma alta de 1,41% no mês anterior. Para Quadros, há dúvidas se o varejo vai repassar com a mesma intensidade e velocidade a baixa nos preços do atacado, como aconteceu na alta. "Até o momento, as quedas de preço no varejo estão a metade [da alta]. Pode ser que ainda aconteça nos próximos meses, mas também pode ser a hora de as empresas recomporem as margens [de lucro], que perderam nos últimos meses."

O feijão tipo carioquinha, por exemplo, já caiu 7,55% em agosto no atacado e só 2,92% no varejo. O arroz branco beneficiado recuou 1,9% no atacado em agosto e 2,24% em julho, mas só caiu 0,8% no varejo neste mês (em julho subiu 1,89%). Outro caso de atraso no repasse da queda de custos foi visto no trigo e derivados. Enquanto o preço do trigo no atacado derreteu 14,48% em agosto, a baixa da farinha de trigo no varejo foi de 2,75%. No caso do pão francês, a baixa no varejo foi de apenas 0,25%.

A única exceção foi o da carne bovina, que recuou no atacado 7,39% em julho e 0,6% e agosto -no varejo, a baixa foi de 6,29% e de 0,3% em julho e agosto.

Para a FGV, a maior preocupação é com o aumento nos preços dos serviços. São os que menos sofrem com a pressão de preços internacionais. Em 12 meses, os serviços não administrados - pessoais, médicos, de transportes etc.- subiram 5,94%; até julho, a alta era de 4,23%. Já os serviços administrados, que têm seus preços controlados, subiram em 12 meses de 2,45% para 2,69%. "A renda é tudo [para o setor de serviços], não tem tanto impacto do crédito", disse Quadros.

Para o economista Elson Teles, da corretora Concórdia, a deflação do IGP-M em agosto "não deixa de ser uma boa notícia", mas não muda o "plano de vô" do Banco Central, que deverá manter aumento de 0,75 ponto percentual nos juros em setembro. "Há uma série de dúvidas quanto à demanda e ao crescimento do crédito. Também é cedo para dizer que a alta dos preços dos alimentos está encerrada. [O resultado] garante dois meses sem pressão nos alimentos. Mas, se o preço das commodities cair muito, aí terá impacto no câmbio. Para o IGP-M ficar abaixo de 10%, precisa uma nova queda nos preços agropecuários", disse

O economista Juan Jensen, do Ibmecc-SP, também afirma que a deflação não resolve o problema da alta dos alimentos, que apenas devolveu uma pequena parte da

valorização que teve nos últimos meses. Jensen acredita que, quanto mais competitivo for o setor, maior será o repasse da queda nos custos do atacado.

Mantega - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, comemorou ontem a deflação dos preços medidos pelo IGP-M, divulgado ontem. Ele afirmou que o resultado mostra que a "inflação está sob controle no Brasil" e vai ficar dentro da meta neste ano.

"Estou muito satisfeito com o IGP-M. Significa que a inflação no mundo está se desacelerando e no Brasil também. Podemos dizer que a inflação está sob controle e vai ficar dentro da meta", afirmou o ministro da Fazenda. "Eu diria que [a queda da inflação] mostra que o Ministério da Fazenda está certo. E o Banco Central também está certo. Os dois estão certos", concluiu.

América Latina se garante em comida, diz FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/08/2008

América Latina não tem problemas de disponibilidade de alimentos, já que sua oferta supera em 40% a demanda, apesar de o encarecimento ter provocado uma deterioração para uma grande parte de seus habitantes, segundo relatório da FAO divulgado ontem em Santiago

"Na América Latina não há problemas de oferta alimentar. No entanto, as pessoas terão menos acesso aos alimentos básicos", afirma o documento elaborado pelo escritório regional chileno da agência das Nações Unidas para a alimentação

Segundo o relatório, "se a produção regional de cultivos que constituem a alimentação da maioria dos países da região é quantificada, o resultado é que a oferta supera em 40% a demanda"

Por essa razão, "não existe nem se prevê que haverá uma crise de desabastecimento na América Latina, com exceção do caso específico do Haiti". Para 2008 se prevê crescimento de 5,7% na produção de cereais na região, um ritmo maior de expansão que a média mundial, que se calcula em 2,8%.

Alimento deixa de ser vilão dos preços e faz inflação cair – O Globo – Capa – 31/08/2008

Recuo no mês foi de 0,18%, o que não acontecia há mais de dois anos. A queda internacional nos preços de grãos e o aumento da safra foram decisivos para derrubar o custo dos alimentos e fazer com que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuasse de 0,53% em julho para 0,28% em agosto.

Houve deflação (queda generalizada de preços) de 0,18% na comida, o que não acontecia desde junho de 2006. Com isso, em 12 meses, o IPCA acumula 6,17% e cada

vez mais analistas acreditam que será possível manter o índice dentro da meta do governo — o limite, de 6,5%, estava ameaçado. Entre os produtos que mais baixaram de preço estão feijão, arroz, batata e tomate. Em compensação, o IPCA foi puxado por tarifas, como a de telefone fixo (+2,27%) e a de energia elétrica (+1,03%).

Página 27 e editorial “Copom criterioso”

A âncora dos alimentos Cássia Almeida – O Globo – Economia – 31/08/2008

A dona-de-casa Felicidade Perpétua Brandão já percebeu no seu carrinho de compras os preços mais baixos de vários alimentos que apareceram no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo IBGE. A taxa de inflação que orienta o sistema de metas do governo caiu à metade — de 0,53% em julho para 0,28% em agosto — justamente puxada pela queda de preços dos alimentos de 0,18%, fenômeno que não acontecia desde junho de 2006, quando a queda chegou a 0,61%. Foi o menor IPCA desde setembro de 2007. No ano, a inflação medida pelo IBGE acumulou alta de 4,48%, ainda dentro do centro da meta, de 4,5%. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice teve o primeiro recuo no ano, caindo de 6,37% em julho para 6,17% no mês passado. Se o ano acabasse em agosto, o teto da banda fixada de 6,5% não teria sido ultrapassado.

— O fator determinante para a inflação mais baixa foi a queda nos preços dos alimentos. As cotações internacionais de vários itens acabaram influenciando os preços domésticos, o que, junto com a boa safra agrícola, ajudou a derrubar a inflação.

Houve queda generalizada — explicou Irene Maria Machado, gerente de pesquisa da Coordenação de Índice de Preços do IBGE.

Descontando as variações da comida fora de casa, os alimentos ficaram 0,64% mais baratos. Felicidade percebeu que caíram os preços de feijão, arroz, batata e tomate, mas reclama da alta dos últimos meses, que deixaram a comida muito cara.

— Os hortifrutis em geral ficaram mais baratos. Outros produtos como arroz, que custava R\$ 2,70 o quilo, baixou para R\$ 2,50. Mas a carne e o leite continuam muito caros. Gastava R\$ 50 por semana, agora cheguei a gastar o dobro.

Para o economista-chefe da Corretora Concórdia, Elson Teles, outro fator ajudou a conter os preços dos alimentos: a própria inflação.

— Quando os preços sobem muito, os consumidores ficam mais seletivos, cortam itens, trocam por marcas mais baratas. A demanda de tubérculos caiu muito.

BC deverá manter aumento de juros

No índice de agosto, os sinais trocaram. A alimentação, vilã da inflação este ano, deu lugar aos preços administrados. O telefone fixo, que teve reajuste autorizado pelo governo de 3% em 23 de julho, apareceu no IPCA de agosto com alta de 2,27%. A energia elétrica também ganhou espaço: alta de 1,03%. Mesmo assim, houve alívio nas contas de telefone móvel. Com mais peso no orçamento doméstico, tiveram queda de 2,54%.

— Isso segurou a inflação dos administrados, junto com a redução no preço dos remédios de 0,41% — disse Teles.

O cenário da inflação bem melhor que o de meses atrás não fará o Banco Central (BC) reduzir o ritmo de alta da Taxa Selic, atualmente em 13%. Na próxima reunião, na semana que vem, o mercado prevê alta de mais 0,75 ponto percentual na taxa.

— Ainda há muitas incertezas, principalmente no cenário internacional. O problema está nos preços livres. Estão em processo de alta, como os duráveis.

No mesmo mês do ano passado, os preços desse grupo tinham caído 1%. Agora subiram o mesmo percentual. O aço subiu muito — afirmou o economista da Concórdia.

Teles estima que a Taxa Selic, que vem subindo desde abril, alcance 14,75% em dezembro. Na opinião do diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Saboia, o avanço nos juros era desnecessário e o IPCA de agosto mostrou isso: — A aceleração da inflação na primeira metade do ano foi puxada pelo preço das commodities agrícolas.

Com a queda dos preços dos alimentos, o IPCA caminhará lentamente para o centro da meta independentemente de qualquer alta de juro.

A demanda permanece no mesmo nível de 2007 e a economia tem todas as condições de continuar crescendo a taxas próximas de 5% ao ano sem maiores pressões inflacionárias.

Para os mais pobres, preços caem mais

Para setembro, economistas esperam alimentação mais barata ou estável. E o estouro da meta de inflação virou coisa do passado.

— O cenário melhorou bastante.

Mais de 80% do mercado prevêem que a inflação ficará abaixo de 6,5%.

Isso melhora também a trajetória para 2009 — disse Teles.

Com a alimentação em queda, o INPC, que mede os preços para famílias com ganhos até seis salários mínimos, subiu menos em agosto: 0,21%. Em julho, fora de 0,58%.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

